

# BA

BOLETIM ARQUITECTOS  
NÚMERO 233  
JUL 14  
ANO XXIII



ORDEM DOS  
ARQUITECTOS



# PALAVRAS DE **ORDEN** EM



## RETRATOS

Do tempo em que as candidaturas se revelavam em fotografias nas páginas do JA é possível construir um painel com parte dos intervenientes nas diversas fases do crescimento da AAP até se transformar em OA.

Quatro momentos são destacados em vinte e quatro retratos. A sua oportunidade é, em muito, resultado da fácil angariação de textos e imagens. Este é um primeiro tributo devido aos sucessivos dirigentes da organização profissional dos arquitectos em Portugal, necessariamente muito incompleto e muito imperfeito, ao longo do tempo de actividade desenvolvida – que não cabe nestas páginas – e na referência aos arquitectos – que foram eleitos para outros órgãos que não o conselho directivo nacional ou que tenham integrado grupos de trabalho – que ofereceram a sua reflexão e actividade à casa dos arquitectos ao longo desse tempo.

### 1974 - A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO (pp. 11-15)

1. Bessa, João Paulo
2. Brandão, Pedro
3. Dias, Francisco da Silva
4. Moreira, Manuel
5. Pimentel, Diogo Lino
6. Roseta, Helena
7. Vicente, Manuel

### 1987-1989 - ASSOCIAÇÃO PÚBLICA (pp. 26-29)

8. Pereira, Nuno Teotónio
2. Brandão, Pedro
9. Fernandes, Manuel Correia
10. Jorge, João Santos
11. Loureiro, José Carlos
12. Norberto, José
13. Pereira, Michel Toussaint Alves
5. Pimentel, Diogo Lino
14. Quintanilha, Olga

### 1993-1995 - REFERENDO SOBRE A REVISÃO ESTATUTÁRIA (pp. 34-38)

2. Brandão, Pedro
15. Cunha, Vasco
16. Fernandes, José Gomes
17. Gonçalves, Fernando
18. Guimarães, Carlos
19. Hugon, Hugo
20. Massapina, Vasco
21. Matias, Isabel
22. Pinto, Jorge Farelo
6. Roseta, Helena
23. Silva, Jorge

### 1996-1998 - ORDEM DOS ARQUITECTOS (pp. 39-42)

14. Quintanilha, Olga
22. Pinto, Jorge Farelo
24. Rapagão, João Paulo



# Vontade E DESEJO

Este é o primeiro número de uma nova série do ba, no início do seu 22.º ano de publicação. Trata um tema que a todos diz respeito e que está para lá do exercício da profissão na medida em que pretende contribuir para a reflexão do que é e do que deve ser a Ordem dos Arquitectos.

O texto da Ana Isabel Ribeiro interpela os 150 anos de associações profissionais de arquitectos em Portugal que se completaram no ano transacto. Seguem-se extractos de textos editados nos suportes de comunicação com os associados da Associação dos Arquitectos Portugueses, primeiro o JA desde 1981, depois o ba desde 1993, com a excepção de dois anteriores àquelas datas publicados na revista "Arquitectura", em que é revelada uma mesma vontade de encontrar uma orgânica e uma prática

que sirva a profissão e os profissionais arquitectos até à consagração da Ordem dos Arquitectos, em 1998. Uma mesma definição de estratégias para a promoção da Arquitectura e da dignidade da profissão, concertada com os interesses dos arquitectos e dos seus diversos modos de exercício e sectores de actividade.

Este número é também uma celebração de todos aqueles que foram candidatos ou eleitos para os órgãos sociais e procuraram estruturar ideias, acções e meios para a construção da Ordem dos Arquitectos.

A filiação da Ordem dos Arquitectos, em momento de particular adversidade para a profissão, é um legado de responsabilidade, independência e coesão que importa actualizar.

---

# DADOS E para a história do movimento associativo dos Architectos portugueses

# datas

No ano em que se comemoram os 150 anos de vida associativa dos architectos em Portugal importa interpelar este percurso, auscultando as organizações profissionais que, ao longo dos anos, agregaram institucionalmente os architectos. Ou seja, indagar quais foram as linhas fundamentais que, apesar dos diferentes contextos de actuação, se traduzem no trabalho continuado dos architectos organizados nas suas associações de classe em defesa da dignificação da sua profissão.

Considerando, no século XX, a cronologia da constituição das associações, é possível estabelecer dois grandes ciclos: um primeiro iniciado em 1902 com a constituição da Sociedade dos Architectos Portuguezes (SAP) e que vai até 1933, ano em que tem início o segundo ciclo e que resulta da transformação da SAP em Sindicato Nacional dos Architectos (SNA) por imposição do quadro legislativo saído da Constituição de 1933. Devido a dinâmicas internas, este ciclo termina em 1950, iniciando-se um novo e diferenciado caminho na vida associativa dos architectos portugueses.

Andando em torno desta história, é então necessário ter em conta que a constituição da Sociedade dos Architectos é, ela própria, sustentada numa história que a antecede e cria condições para a sua existência, inicialmente pontuada pela Irmandade de S. Lucas, associação religiosa de architectos e de outras profissões artísticas fundada em 1602 e que, um século depois, terá um papel importante na defesa das obras de arte portuguesas durante as Invasões Francesas; e, a constituição da Associação Portuense dos Artistas de Pintura, Escultura e Architectura ou Amigos das Artes em 1835.

Contudo, a agremiação fundamental para a história associativa foi a criação ainda no século XIX, em 1863, da Associação dos Architectos Civis Portuguezes, resultante da iniciativa de Possidónio da Silva, architecto da Casa Real, que embora tivesse essa designação, nela confluíram diferentes áreas e disciplinas para além da architectura, como a arqueologia, a construção/materiais, o património e a formação artística. Com o seu órgão de comunicação próprio, o “Arquivo de Architectura Civil” editado a partir de 1865, após ter recebido protecção régia, esta passou a designar-se, desde 1872, Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.

As diferentes vocações estatutárias traduzem a perda de especificidade da Associação inicialmente criada e a Real Associação que, dada a área formativa dos seus associados, passou a prio-

rizar assuntos directamente associados às questões patrimoniais, predominantemente no domínio da arqueologia. Assim, se a agremiação criada por Possidónio da Silva era constituída por architectos com a finalidade de “ocupar-se dos assuntos da sua profissão, tanto na parte teórica como prática” para além da “jurisprudência e administração relativa à architectura civil, principalmente em relação aos interesses públicos e privados, que dizem respeito à classe”, a partir de 1874, à Real Associação poderiam associar-se “architectos, arqueólogos, amadores de architectura e arqueologia de ambos os sexos”, visando esta contribuir para “aumentar o espírito de confraternidade” entre architectos e arqueólogos, no sentido de promover “o progresso da architectura e o estudo e conservação dos objectos arqueológicos”. Aliás, é neste sequência, que pouco depois irá ser fundado o Museu Arqueológico, no Convento do Carmo, sede social da Associação, bem como uma Biblioteca.

Apesar de uma quase diluição dos interesses específicos da classe dos architectos a partir de 1875, continuaram a ser abordadas questões tangenciais ao exercício da profissão, porém numa perspectiva mais prática do que teórica. Também as li-

*As linhas fundamentais  
no trabalho continuado  
dos architectos  
organizados  
nas suas associações  
de classe em defesa  
da dignificação  
da sua profissão*

nhas predominantes de trabalho passaram a ser mais amplas, deixando transparecer uma indefinição das competências profissionais específicas dos arquitectos então ainda sustentadas pelas hesitações inerentes ao seu enquadramento oitocentista. Porém, ao longo das duas décadas seguintes, acentua-se o distanciamento das questões relacionadas com a arquitectura e o tema dominante em torno do qual gravita a intervenção associativa passou a ser o dos monumentos nacionais.

Esta situação é alterada nos anos 90, quando surgem propostas que vão incidir sobre outras temáticas, de novo mais directamente relacionadas com a Arquitectura, introduzidas pelos jovens Rosendo Carvalheira (1864-1919) e, sobretudo, por Adães Bermudes (1864-1948), em assembleias gerais já maioritariamente compostas por arqueólogos e sócios amadores. No seu discurso de admissão na Real Associação em 1895, o jovem Adães Bermudes, formado na Academia Portuense e recém-chegado de Paris onde frequentou a academia particular de Pierre Blondel e que mais tarde viria a ser presidente da Sociedade dos Architectos Portuguezes (em 1905-1907), trouxe para o primeiro plano os problemas inerentes à profissão, apontando três condições indispensáveis para o desenvolvimento da arquitectura: um acordo sobre os princípios fundamentais da vida colectiva e social, para que possa haver uma “comunhão” de ideias “que o artista possa traduzir, condensar, cristalizar em uma nova forma arquitectural”; um ensino “sólido, integral e livre” baseado “em todas as tradições e em princípios rigorosamente científicos” visando o envolvimento das faculdades estéticas, emotivas e imaginativas do indivíduo; e, por fim, a necessidade de uma “recompensa moral e material, garantida ao exercício da profissão, pela consideração do público e pela protecção do Estado”<sup>(1)</sup>. Até então, nunca tinha sido colocada com tanta clareza a questão da formação dos arquitectos que, discutida nos anos 60, não mais seria mencionada, bem como a questão dos honorários. Apesar disso, a intervenção de Adães Bermudes pouco ou nenhum efeito sortiu no seio de uma Associação demasiado distanciada dos assuntos abordados.

Este desfasamento de prioridades e o conseqüente afastamento entre arquitectos e arqueólogos, facto verificável também, por exemplo, em França, a par das novas exigências emergentes do abandono das referências oitocentistas já abaladas pelos efeitos da industrialização, foram factores que contribuíram de modo decisivo para o desenhar de uma consciência de grupo profissional autónomo por parte dos arquitectos portugueses que irá culminar, na viragem do século, na formação da Sociedade dos Architectos Portuguezes.

O afastamento dos arquitectos da Real Associação implicou da parte destes uma aproximação e filiação, por vezes simultânea com a Real Associação, na Sociedade Promotora das Belas-Artes (fundada em 1861), na Associação de Conductores de Obras Públicas (criada em 1883) e, no Grémio Artístico (fundado em 1890). Este último, desde o seu início que contou com a participação dos arquitectos quer como associados, quer activos nos seus órgãos sociais e actividades. É aqui que novamente se encontra Adães Bermudes que, em 1898, com Álvaro Machado e Miguel Ventura Terra contactam os restantes sócios arquitectos consultando-os sobre a sua eventual

adesão a uma associação própria, procedendo, no ano seguinte, à adaptação de parte dos estatutos do Grémio Artístico ao estatuto da então projectada associação. Em 1901 foi criada a Sociedade Nacional de Belas Artes que, tal como as anteriores agremiações, contou com ampla participação dos arquitectos, sendo a partir desta que os arquitectos continuaram a fazer as suas reivindicações.

Cerca de quatro anos decorreram entre os primeiros contactos para a formação da Sociedade dos Architectos Portuguezes e a sua concretização em Setembro de 1902, anos propedêuticos para a sedimentação das próprias regras internas do movimento associativo que se pretendia então já em permanente diálogo reivindicativo com o poder vigente, traduzindo o culminar de uma nova consciência profissional e o reconhecimento da necessidade de criar normas de controlo e dignificação do exercício da profissão.

Tais intenções foram claramente colocadas no texto de Francisco Carlos Parente, seu primeiro presidente, publicado no primeiro número do “Anuario da SAP” (1905), onde é afirmado que “a arquitectura é da exclusiva atribuição do arquitecto”. Neste contexto e partindo desta premissa, serão desde logo abordados de forma continuada o estudo e discussão das bases para uma tabela de honorários dos arquitectos, a reforma do curso de Arquitectura, a nomeação dos arquitectos para os quadros das Obras Públicas, os concursos públicos e, também, o modo de actuação no caso do uso indevido do título de arquitecto.

Aliás, estas linhas de actuação, derivam directamente do “fins” estatutários desta Sociedade que se destinava, “ao estudo e defesa dos interesses morais e materiais, comuns aos seus associados”, concorrendo “para os progressos da Arquitectura em Portugal” através de congressos, exposições, conferências, publicações, excursões e concursos e, ainda, “por todos os meios legais que possam atingir o mesmo fim”.<sup>(2)</sup>

Porém, cerca de uma década após a sua entrada em actividade, sabendo-se que apenas sete arquitectos trabalhavam em todo o país nos serviços de arquitectura sob a tutela do Estado, já os relatórios dos sucessivos Conselhos Directores registam sistematicamente o desinteresse dos associados e a conseqüente desmobilização da classe em torno da sua estruturas representativa de classe.

Apesar do poder instituído ser o interlocutor fundamental no conjunto do diálogo reivindicativo mantido pela SAP, não deixa de ser curioso que, logo após a implantação da República, na reunião de direcção realizada a 12 de Outubro de 1910, este facto fosse apenas registado formalmente em acta por proposta do seu presidente, Francisco Carlos Parente. Foi então decidido cumprimentar o Presidente do Governo Provisório e o ministro do Interior, e na reunião seguinte, a 17 de Outubro, todos os membros da direcção foram da opinião de que a Sociedade se deveria “conservar estranha” aos assuntos de “carácter político”<sup>(3)</sup>. Do mesmo modo, também após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, nas actas do conselho director, não há qualquer alusão directa aos acontecimentos políticos nacionais.

## NOTAS

(1) Cf. Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, n.º 3-4, t. VIII, 1895, p. 33-35.

(2) Cf. Estatutos da Sociedade dos Architectos Portuguezes (Associação de Classe), 1903.

(3) Cf. Livro de Actas do Conselho Director da SAP, de 6 de Junho de 1910 a 30 de Junho de 1915.

Um exemplo de resultados objectivos do persistente caminho reivindicativo empreendido pelas diferentes direcções da SAP foi a publicação, em 1925, do Decreto que legaliza o título de arquitecto e o exercício da profissão, pelo Ministério da Administração Pública, embora os seus efeitos práticos ficassem sempre aquém das expectativas. Cinco anos depois, dois novos assuntos são encarados como prioridades: a regulamentação do exercício da profissão e criação da Ordem dos Arquitectos com o objectivo de “pôr cobro à confusão injustificada que há muito, no nosso país, se mantém entre a profissão artística do arquitecto e as de outras classes técnicas, de carácter científico ou industrial”.<sup>(4)</sup>

O ano de 1933 marca o fim e, simultaneamente, o início de um novo ciclo da vida associativa dos arquitectos em Portugal: a Sociedade dos Architectos Portuguezes deixou de ter existência jurídica transformando-se compulsivamente em Sindicato Nacional dos Arquitectos por imposição da Constituição Política do Estado Novo aprovada nesse mesmo ano e de acordo com o Estatuto do Trabalho Nacional (Decreto-Lei n.º 23.048). O movimento associativo dos arquitectos portugueses entra numa nova etapa, apesar da continuidade das linhas reivindicativas fundamentais em torno das questões relacionadas com o exercício da profissão, agora num outro contexto político e, por isso, com diferentes interlocutores.

Houve, assim, que proceder internamente à reformulação dos estatutos associativos de acordo com a legislação referente aos Sindicatos Nacionais (Decreto-Lei n.º 23.050), que abrangia agrupamentos de mais de cem indivíduos que exercessem a mesma profissão, excepção feita aos advogados, médicos e engenheiros que podiam adoptar a designação de “Ordens”. Porém a passagem da Sociedade a Sindicato não teve reflexos imediatos quer do ponto de vista interno, uma vez que permaneceram a quase totalidade dos membros dos corpos gerentes (só em 1935 Tertuliano de Lacerda Marques abandona o cargo de presidente da direcção que assumiu em 1930), quer do ponto de vista externo, uma vez que as condições do exercício da profissão não tinham ainda sofrido transformações significativas que conduziram, mais tarde, à formulação de novas linhas reivindicativas e à actualização de outras anteriores.

Importa referir que, contrariamente ao que aconteceu em 1910 e em 1926, foi então registado no relatório da primeira direcção do recém instituído Sindicato Nacional dos Arquitectos, o facto de a sua criação vir “ao encontro das aspirações da Classe”, permitindo “definitivamente, salvaguardar os interesses profissionais dos Arquitectos Portuguezes”. Ainda neste sentido era manifestada “toda a sua satisfação por poder constatar que na hora de ressurgimento presente” este grupo profissional fora “chamado a cooperar na grande obra em marcha”<sup>(5)</sup>. O tempo, porém, ditaria a necessidade de assumir alinhamentos mais claros face à política vigente e esses, de forma inequívoca, anos mais tarde, mudariam para sempre o rumo do Sindicato.

O facto de a legislação reconhecer o direito das “profissões livres” se organizarem “num único sindicato nacional, com sede em Lisboa”, podendo, no entanto, “criar secções distritais” no entanto “em tudo sujeitas à disciplina do Sindicato”, veio recolocar a questão da constituição da Delegação Norte, ou seja, a Secção Distrital do Sindicato Nacional dos Arquitectos.

Houve assim que retomar um processo descontínuo cujo primeiro momento remete para os anos 1911-1916 (primeira tentativa de fundar a “Delegação Norte” da SAP), depois 1923, ano em que 14 arquitectos do Porto ingressam na SAP, vindo a ser aprovado um Regulamento em 1926 e, depois 1933, em que a Delegação passa a ter a designação de Secção Distrital, tendo o seu Regulamento aprovado em 1936.

Um novo caminho tem início em 1936 quando Pardal Monteiro assume o cargo de presidente da Direcção do SNA durante oito anos consecutivos. O trabalho proposto reflectia a definição de objectivos prévios designados como “um programa de trabalho de interesse associativo e colectivo” que se centrava em quatro pontos fundamentais: a organização da Secção Distrital do Sindicato no Porto; a reconstituição da biblioteca do Sindicato; a criação do boletim ou revista a editar pelo Sindicato, retomando assim a publicação do Anuário da SAP interrompido desde 1911; e, por fim, a “atração” ao Sindicato de colegas que dele ainda não fizessem parte.<sup>(6)</sup>

Este foi o ponto de partida da presidência de Pardal Monteiro, atravessada pela II Grande Guerra e, assim, pelos reflexos que esta teve em Portugal, nomeadamente para os arquitectos portugueses. Aliás, o relatório da direcção de 1942 apontava ser essa a causa para que tivessem sido menores as áreas de intervenção do Sindicato, o que se repetirá no ano seguinte. Será na última direcção presidida por Pardal Monteiro que é notório o aumento da actividade sindical em acções de índole cultural<sup>(7)</sup> que contaram com ampla participação dos arquitectos portugueses a nível nacional.

Para além de outras intervenções junto do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, da Câmara Municipal de Lisboa e tomadas de posição em relação a concursos público em curso, a última direcção presidida por Pardal Monteiro, que depois assumirá o cargo de presidente da Mesa da Assembleia Geral até 1953, tomou também diversas iniciativas no sentido de fomen-

## NOTAS

(4) Cf. Relatório do Conselho Director da SAP, 1929-1930 [manusc.].

(5) Cf. Relatório da Direcção do SNA, 1934 [dact.].

(6) Cf. Relatório da Direcção do SNA, 1936 [dact.].

(7) Tratou-se da 1ª Reunião Luso-Espanhola de Arquitectos (realizada em Espanha) e do III Congresso da Federación de Urbanismo y de la Vivienda que se ligou com a reunião anterior, tendo início em Madrid, prosseguiu em Sevilha e terminou em Lisboa.

tar a vida associativa que, contudo, não tiveram a resposta desejada: a criação de um serviço informativo gratuito destinado aos associados e a que nenhum recorreu<sup>(8)</sup>; a organização de uma exposição nacional de arquitectura (apenas nove sócios manifestaram o seu interesse em participar); e, a realização de um ciclo de conferências sobre arquitectura e arquitectos que teve apenas quatro inscrições. Parece assim que o futuro próximo esclarecerá que desaires desta natureza não estavam no tipo de actividades propostas mas, sobretudo, na sua pertinência, forma de realização e no seu conteúdo.

A direcção presidida por Cottinelli Telmo (1945-1948), foi a primeira abrangida pela nova legislação sobre a eleição dos corpos directivos dos sindicatos nacionais, prolongando de um para três anos a vigência do seu mandato. As conclusões do primeiro ano da nova direcção foram na sua totalidade direccionadas para os sócios que se abstinham sistematicamente em participar na vida sindical, sendo reveladoras de um outro diálogo, agora imposto por Cottinelli Telmo, contrastando com declarações anteriores de Pardal Monteiro, sobre o mesmo assunto. As acusações sucediam-se em expressões como “não há união, nem parece haver ideal!”, “continuamos dispersos, desconjuntados”, “moleza”, “indiferença”, “comodismo”, “inconsciência!...”. Pedia-se mesmo um “milagre” para o ano de 1946: “dar a cada um de nós a verdadeira compreensão da extensão dos nossos deveres, em relação aos outros e a nós próprios”. Mas, como se verá, este apelo lançado por Cottinelli Telmo só se concretizará no final do seu mandato. Não foi, então, o tal milagre desejado, mas antes a evidência de uma outra consciência que emergia entre aqueles a que ele próprio denominava “uma legião de sombras”.<sup>(9)</sup>

Em 1948 tiveram lugar o 1º Congresso Nacional de Arquitectura (Lisboa, IST), o 2º Congresso Nacional de Engenharia (Porto) e a exposição oficial “15 anos de Obras Públicas: 1932-1947” (Lisboa, IST). Para os arquitectos portugueses, o seu primeiro congresso era efeito e foi causa das transformações profundas que então ocorreram no seio do seu Sindicato, gerando uma inflexão determinante no rumo e na prática associativa. De alguma forma acontecera o “milagre” antes pedido por Cottinelli Telmo, só que trazendo para as primeiras filas outras figuras que, decerto, não seria as que mais desejava.

Importa referir que quando o Congresso se realiza em Maio, a 9 de Março de 1948, numa das assembleias gerais mais concorridas de sempre e na qual participaram 50 sócios, ou seja, cerca de metade dos inscritos no Sindicato, foram eleitos para a nova direcção Francisco Keil do Amaral (25 votos), depois designado como seu presidente, pela diferença de um voto em relação a Cottinelli Telmo, Inácio Peres Fernandes (50 votos), Dario S. Vieira e João Simões (50 votos), continuando Pardal Monteiro como presidente da Mesa Assembleia Geral. Porém, a nova direcção só tomou posse em Novembro após sancionada pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

A escolha de Keil do Amaral para presidente, apesar de outros colegas terem alcançado a unanimidade dos votos, deixa transparecer uma nova estratégia de intervenção no Sindicato de um grupo de arquitectos que até então se tinham mantido atentos mas equidistantes deste. O novo presidente, catalizador e impulsionador de vontades, animado por princípios éticos e políticos muito diferenciados dos até então maioritariamente prevalentes no Sindicato, oito meses após a tomada posse, vê ser-lhe retirada a sanção que lhe permitia estar em funções por despacho do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Foram imediatos os protestos desencadeados nas várias Assembleias Gerais convocadas para abordar esta questão que se arrastou até 1950, terminando com a eleição de Alberto José Pessoa para a direcção, assumindo a presidência Inácio Peres Fernandes. Carlos Ramos, Pardal Monteiro, L. Cristino da Silva, Inácio Peres Fernandes e Raul Chorão Ramalho, foram a comissão designada para entregar ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social uma longa exposição em defesa de Keil do Amaral que, na sua resposta, deixou claro que a causa de tal decisão se devia exclusivamente à actividade política de Keil do Amaral. Este facto consubstancia a primeira ingerência política directa do poder no seio da classe que perturbou o novo rumo incutido à vida sindical que se revelará, apesar de tudo, irreversível.

O 1º Congresso Nacional de Arquitectura e os novos corpos directivos do Sindicato, ambos em 1948, constituem factores determinantes no contexto da vida associativa dos arquitectos portugueses pelo que representam no fortalecimento de uma força de intervenção colectiva que até então parecia impossível de alcançar, dando origem a uma mobilização e participação mais empenhada na vida associativa. A mudança foi evidente desde logo nos objectivos de intervenção traçados, bem como nas prioridades e iniciativas e, até, na própria linguagem que os documentos comprovam. A transformação do Sindicato “num organismo vivo e construtivo pela colaboração activa de todos” foi um “objectivo [...] plenamente atingido”, registando-se “com satisfação que a classe o compreendeu inteiramente, prestando a sua melhor colaboração e apoio à Direcção”<sup>(10)</sup>, afirmações até então inéditas.

## NOTAS

(8) Este serviço informativo gratuito visava “pôr os colegas ao corrente dos despachos de requerimentos e petições respeitantes a trabalhos da sua autoria” e apresentados na Câmara Municipal de Lisboa. Cf. Relatório da Direcção do SNA, 1944 [dact.].

(9) Cf. Relatório da Direcção do SNA, 1945 [dact.].

(10) Cf. Relatório da Direcção do SNA, 1948-1949 [dact.].

# O “arquitecto” passou a ser “o arquitecto em contexto” – social, económico e cultural – ou a consciencialização do que comumente se designa pela função social do arquitecto

Terminava assim um segundo ciclo de vida associativa, iniciado em 1933, ao longo do qual “o arquitecto” começou por ser entendido pelas direcções da sua organização profissional como alguém que integra uma estrutura organizativa de classe com deveres e obrigações, passando depois a ser “o arquitecto em contexto” – social, económico e cultural – cujo exercício da profissão remete para a consciencialização do que comumente se designa pela função social do arquitecto.

Daqui decorrem as principais reivindicações, sucessivamente actualizadas nas suas formulações, que foram transversais ao movimento associativo dos arquitectos portugueses durante a primeira metade do século XX, que gravitam em torno de cinco aspectos fundamentais: (1) a relação entre os arquitectos e o seu organismo representativo de classe; (2) a dinamização da vida associativa no intuito de dar visibilidade à classe; (3) a definição do estatuto profissional, a defesa do uso do título e do exercício da profissão que passou, também, pela defesa da dignificação do ensino da Arquitectura; (4) o seu posicionamento face aos concursos públicos de arquitectura e urbanismo (regulamentos, participação nos júris, entre outros); (5) o relacionamento institucional (sobretudo com o Estado e as Câmaras Municipais e associações congéneres internacionais).

A partir dos anos 60 é já claro um novo tempo para os arquitectos e para a arquitectura portuguesa que se reflecte na atitude face à profissão, em que a função social do arquitecto é assumida eticamente por uma geração que, à data do 1º Congresso tem pouco mais de 20 anos. Um tempo de mudança em continuidade, de renovação, em que aumenta o número de arquitectos e em que se assiste a profundas alterações no território e no tecido social. A diversificação das encomendas e o aumento gradual e significativo dos clientes privados leva à entrada em funcionamento dos grandes ateliers de arquitectura <sup>(11)</sup> que acolhem a geração seguinte e que, pelo trabalho que desenvolvem e pela forma como o desenvolvem, proporcionam o que o curso de arquitectura não permite – a prática ajustada à realidade cultural, aberta às experiências internacionais que aí eram discutidas e avidamente vistas em revistas, em fotografias ou escutadas em relatos de viagens que apenas eram possíveis a alguns.

O movimento associativo e reivindicativo dos arquitectos portugueses pela dignificação da sua profissão prosseguiu e prossegue ainda, renovando e actualizando protagonistas e formulações. Após o 25 de Abril de 1974, o Sindicato Nacional dos Arquitectos, designação imposta pelo Estado Novo, passa a designar-se Associação dos Arquitectos Portugueses, designação agora imposta pela liberdade. E foi no caminho dessa liberdade que novos rumos se traçaram até à actual Ordem dos Arquitectos, no âmbito da qual, e inevitavelmente, se continuará a fazer o caminho reivindicativo dos arquitectos portugueses.

## **ANA ISABEL RIBEIRO**

*Mestre em História da Arte Contemporânea (FCSH, 1994)  
Bibliotecária da Associação dos Arquitectos Portugueses  
(1982-1994)*

### NOTAS

(11) Pela sua importância refiram-se como exemplo: Atelier Keil do Amaral (Sobe e Desce), 1946; o atelier conjunto de Nuno Teotónio Pereira, Chorão Ramalho, Alzina de Menezes e Manuel Tainha que integrava dois engenheiros, 1949; e, ainda o Atelier Conceição Silva, 1953.



# Mobilização GERAL

TRIÉNIO 1969–1971

## ELEIÇÕES NO SNA

Tiveram lugar em 17 de Março último as eleições para os novos corpos gerentes do Sindicato Nacional dos Arquitectos para o exercício de 1969/71.

A lista única aprovada nessa sessão era composta da seguinte forma:

Mesa da Assembleia Geral: arq. Carlos Ramos, arq. Carlos Roxo, arq. Raul Cerejeiro.

Conselho Disciplinar: arq. Bartolomeu da Costa Cabral, arq. Francisco Silva Dias, arq. Manuel Moreira, arq. Luís Vassalo Rosa, arq. Nuno Teotónio Pereira.

Comissão Revisora de Contas: arq. António Carvalho, arq. José Santa Rita Fernandes, arq. Leopoldo de Almeida.

Direcção: arq. Diogo Lino Pimentel, arq. Guilherme Câncio Martins, arq. José Tello Pacheco, arq. Mário Jorge Bruxelas.

## Organismo capaz de intervir no meio

Dias antes, os arquitectos inscritos no SNA tinham recebido um texto-proposta (...):

1. Em resultado de reuniões que se têm vindo a realizar desde fins de Janeiro, envolvendo um vasto grupo de profissionais, para discutir e analisar os problemas do Sindicato, fez-se sentir a necessidade de promover uma profunda viragem no processo de actuação, procuran-do recuperar a utilidade do Sindicato. Constatou-se a crise do organismo sindical, a ineficácia do SNA perante a Classe e o meio, e o conseqüente desinteresse dos profissionais em relação a ele.

A acção do Sindicato tem sido caracterizada por: trabalho de gestão excessivamente centralizado na Direcção; elaboração de programas e criação de equipas de trabalho organizadas a partir de um grupo restrito de profissionais; tendência para abordar primordialmente uma problemática excessivamente de grupo, unilateral, pouco representativa dos múltiplos sectores que a Classe contém; não consideração de problemas, afectando grande número de

profissionais (repartição de trabalho, novas condições do exercício da profissão, nomeadamente do trabalho assalariado, etc.).  
2. Objectivos: revitalizar a vida associativa com o objectivo de se estabelecerem condições de trabalho viáveis que permitam a efectiva resposta dos profissionais de arquitectura a toda a gama de solicitações hoje postas, nomeadamente àquelas que motivam novas formas de exercício da profissão.

O recurso à mobilização geral dos arquitectos para participarem neste processo é tida como um objectivo imediato por se considerar que seja condição *sine qua non* para a sobrevivência do SNA como organismo capaz de intervir no meio.

Em segunda fase este objectivo tornar-se-á um método normal para atingir os objectivos que a Classe venha a definir nos diferentes momentos da vida sindical.

in *Arquitectura*, n.º 107, Lisboa: ICAT, Lda, Janeiro–Fevereiro 1969, p. 34

### OS ARQUITECTOS E A CRISE ACADÉMICA DE 62

Quando se recorda a crise académica de 62 parece curioso “desenterrar” dos arquivos da Associação a posição que os arquitectos reunidos no SNA então assumiram.

Ingénua, inconsequente em relação às forças que definiam o contexto em que se inicia a luta dos estudantes, essa posição não terá sido neutra aos olhos do regime; alguns dos signatários viam protelada a assinatura de contratos com o Estado e afastadas, portanto, hipóteses de trabalho.

(...)

in *Jornal Arquitectos*, n.º 4, Lisboa, Março 1982, p. 12.

### 2.ª REUNIÃO DE ARQUITECTOS

Lisboa, 1969

Através da Secção Portuguesa da UIA desenvolvem-se acções culturais, que por força do estatuto estavam interditas ao Sindicato Nacional.

### VASCO MASSAPINA

in *O Risco do Arquitecto – Interesse Público e Autonomia da Profissão*. Lisboa: ARQCOOP – Cooperativa para a Inserção Profissional em Arquitectura, CRL, Julho 2007, p. 163.

# “Associação LIVRE”

1974

## DEMOCRACIA

(...) Com o Movimento do 25 de Abril, o sindicato é “tomado” por um grupo aparentemente progressista, que, juntamente com colegas das últimas direcções sindicais, procura ajustar a organização profissional ao que de novo vai então acontecendo pelo país.

Conta-nos Francisco da Silva Dias que uma das primeiras dificuldades que surgiu dessa acção “resultou do facto de se ter gerado na classe uma corrente que pretendia que a associação mantivesse um carácter obrigatório, ainda corporativo, controlador da distribuição do trabalho, decalcada dos esquemas espanhóis e privilegiando a prática da profissão liberal”. Mas a obrigatoriedade de inscrição para o exercício da profissão foi então considerada inconstitucional, acabando por prevalecer a tese de uma “associação livre”, cujo objectivo central seria o da “defesa da arquitectura como instrumento de bem-estar colectivo e dos arquitectos como seus agentes [tese defendida por sectores afectos ao Partido Comunista Português]”. Discute-se sobre se uma profissão considerada independente deveria ou não ser regulamentada, e se existia ou não “interesse público” nessa regulamentação. Perfilam-se então as teses da defesa do interesse social, das regras de acesso à profissão e da urgência de um código deontológico, regras determinadas pelo que se entendia ser já ser a actividade profissional, que exigia a confiança e o reconhecimento público. Em consequência preconiza-se também um “sistema de acesso” adicional ao sistema de formação.

### VASCO MASSAPINA

*In O Risco do Arquitecto - Interesse Público e Autonomia da Profissão. Lisboa: ARQCOOP - Cooperativa para a Inserção Profissional em Arquitectura, CRL, Julho 2007, pp. 32-33.*

## Confiança e reconhecimento público

### ASSOCIAÇÃO PRÓ-SINDICAL DE PROJECTISTAS DE ARQUITECTURA

Comunicado n.º 1  
13 de Maio 1974  
Informação

1. Em 30/4/74, 2/5/74 e 3/5/74, reuniões gerais de trabalhadores de arquitectura.
2. Em 7/5/74, constituição da Associação Pró-Sindical e nomeação, em reunião geral, da Comissão Pró-Sindical *ad hoc*.
3. Em 10/5/74, em reunião geral, aprovação do documento anexo.
4. Em 13/5/74, a Comissão entregou o referido documento, subscrito por 162 trabalhadores, ao Delegado da Junta de Salvação Nacional no Ministério do Trabalho.
5. O delegado da JSN esclareceu que caberá ao Governo provisório Civil interpretar e sancionar os movimentos dos trabalhadores, segundo uma nova organização do trabalho dentro dos princípios do programa do MFA.
6. Quanto ao movimentou sindical apresentado pela Comissão, o Delegado da JSN considerou-o natural e legítimo, frisando que em situações deste tipo era de esperar que os Sindicatos instituídos tomassem a iniciativa de oferecer as suas instalações para reuniões dos interessados.

## DOCUMENTO ANEXO

1. Invocando o programa do Movimento das Forças Armadas, a que dão o seu apoio, e os princípios nele consignados de liberdade de reunião e associação e de garantia de liberdade sindical, de acordo com a lei especial que regulará o seu exercício.

2. Reconhecendo que a legislação sindical existente é, em numerosos aspectos, incompatível com a afirmação do princípio da liberdade sindical, designadamente quanto à criação, âmbito, estrutura e processos de actuação estatutários dos organismos existentes.

3. Considerando que a liberdade sindical se encontra consignada e salvaguardada pelas convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho.

4. Verificando que no sector dos projectistas de arquitectura, que inclui arquitectos diplomados, estagiários e estudantes de arquitectura e outros profissionais até agora marginais à estrutura sindical, não existe qualquer organismo sindical capaz de imediatamente integrar todos estes trabalhadores e promover a defesa dos seus interesses.

5. Reconhecendo a vontade dos trabalhadores que subscrevem este comunicado se filiarem num organismo sindical que tenha como objectivo promover e defender os seus interesses no âmbito das relações de trabalho, sem prejuízo de uma futura integração em organismos mais vastos, de acordo com a nova lei sindical anunciada.

6. Decidiram estes trabalhadores constituir-se em Associação Pró-Sindical dos Projectistas de Arquitectura, com os seguintes objectivos:

6.1 integrar-se activamente na luta geral da classe trabalhadora com vista à sua emancipação total;

6.2 participar activamente nas decisões da Intersindical apoiando as reivindicações apresentadas, entre as quais se salientam desde já:

- a garantia das liberdades individuais do povo português
- a ratificação das convenções 87 e 98 da OIT
- o estabelecimento de um salário mínimo nacional
- a administração da previdência pelos trabalhadores
- o direito à greve
- a federação em organismos sindicais internacionais

6.3 intervir nas relações entre trabalhadores projectistas de arquitectura e as respectivas entidades patronais;

6.4 incluir na agenda de reivindicações imediatas em defesa dos interesses dos trabalhadores deste sector, até agora escamoteadas por formas irregulares do exercício da profissão, os seguintes direitos:

- previdência
- garantias contra o despedimento e desemprego
- férias, feriados e descanso obrigatório
- período normal de trabalho
- justo leque de salários
- responsabilidade técnica, autoria e seguro profissional
- formação profissional
- esquemas de formação

7. Os trabalhadores que subscrevem este comunicado consideram-se ainda representados, nesta fase transitória, pela Comissão Pró-Sindical *ad hoc* nomeada pelos trabalhadores em reunião geral de 7/5/74 e constituída por:

Pedro Brandão  
Nuno Manuel Falcão  
João Paulo Bessa  
Leonel Lopes Clérigo  
José Caldeira Cabral  
Fernando Gomes da Silva  
António Bruno Soares  
Maria João Borges  
José Miguel Fonseca  
Helena Salema Roseta  
Manuel Salgado

## ESCLARECIMENTO FACE AO SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS

1. Os trabalhadores que subscrevem este comunicado informam que a sua posição face ao existente Sindicato Nacional dos Arquitectos é a seguinte:

1.1 a estrutura e estatutos desse organismo, admitindo indivíduos com a qualificação profissional de arquitectos, independentemente da sua situação de patrões ou trabalhadores, não permite o exercício da liberdade sindical, entendida nos termos das convenções 87 e 98 da OIT, designadamente no que respeita à defesa de actos de ingerência de uns para com os outros.

1.2 não reconhecem, pois, que o Sindicato Nacional dos Arquitectos os possa representar no processo sindical em que estão empenhados.

2. A Comissão Pró-Sindical *ad hoc* aguarda, no entanto, a reformulação dos objectivos da associação corporativa denominada Sindicato Nacional dos Arquitectos para um eventual paralelismo de actuações futuras, na medida em que tal possa ser considerado vantajoso pelos trabalhadores que representa e que subscrevem este comunicado.

## DOCUMENTO F

1 - Proposta para um modelo de organização profissional

1.1 - Estrutura

Organismo profissional reunindo todos os arquitectos portugueses, e também estrangeiros, como tal reconhecidos estatutariamente, independentemente da sua situação funcional no mercado de trabalho, aceitando e reconhecendo a existência duma dinâmica (individual e de grupos) consequente de condições não só internas como também exteriores ao referido organismo.

Este organismo fomentará e aceitará a criação de secções e de grupos de trabalho dedicados aos mais variados assuntos, nomeadamente o estudo, denúncia e combate ao aparecimento de condições internas e externas que tendam a condicionar o mercado por razões não derivadas do interesse social.

1.2 - Funções

1.2.1 - Execução das decisões das secções e grupos nos seus campos específicos, após aprovação em AG.

1.2.2 - Representação parietária efectiva dos profissionais de arquitectura em associações inter-profissionais portuguesas, existentes ou a criar, e manutenção de relações com outras associações de base profissional, nacionais, estrangeiras e internacionais.

1.2.3 - Representação junto dos organismos de decisão das Escolas de Arquitectura (discentes e docentes) para acompanhamento da sua dinâmica.

1.2.4 - Definição, homologação, disciplina e esclarecimento político do exercício da profissão do arquitecto em Portugal: intervenção eficaz no estabelecimento de toda a legislação que interessa a esse exercício.

1.2.5 - Análise e discussão das acções individuais e colectivas de associados e/ou elementos exteriores ao organismo, destinadas à consecução dos objectivos fundamentais da profissão, ou à sua obstrução.

1.2.6 - Criação de normas orientadoras para a elaboração de contratos de prestação de serviços. Sanção, a pedido dos associados interessados.

### 1.3 - Objectivos

1.3.1 - Intervenção efectiva do organismo profissional no controlo da prestação de serviços, nomeadamente por:

1.3.1.1 - Representação junto dos organismos estatais, para-estatais e outros que distribuem a encomenda pública. Contestação ou ratificação dos critérios de atribuição, após análise e discussão.

1.3.1.2 - Análise, discussão e denúncia de todos os mecanismos de angariação e distribuição da encomenda privada e verificação da sua compatibilidade com o código deontológico a promulgar pela associação.

1.3.1.3 - Intervenção e participação efectiva na definição dos programas públicos.

1.3.1.4 - Estudo e eventual apoio aos esquemas de auto-gestão, co-gestão e outras fórmulas de distribuição dos lucros e das responsabilidades na produção, que venham a instituir-se no seio de grupos disciplinares e interdisciplinares. Avaliação da sua influência na dinâmica social, económica e cultural do grupo profissional dos arquitectos.

1.3.1.5 - Intervenção nos programas de actividade escolar e eventual apoio à integração dos estudantes na produção, se a discussão, informada pelos organismos competentes, revelar que a mão de obra do estudante-trabalhador apresenta vantagens sociais na fase de transição que o País atravessa. Estudo conjunto com os representantes qualificados dos estudantes dos esquemas de ligação destes ao organismo profissional dos arquitectos.

1.3.2 - Formação, valorização profissional e constituição de equipamento técnico, científico e cultural de apoio ao exercício da profissão, tendo em atenção a evolução do estatuto social, cultural e político do arquitecto no seio da sociedade portuguesa, contrariando todas as tendências elitistas e isolacionistas.

## 2. Actuação imediata e sua estratégia

2.1 - Extinção do Sindicato Nacional dos Arquitectos.

2.2 - Criação duma nova associação designada por Associação Portuguesa de Arquitectos (APA) que garantirá as atribuições de rotina administrativa do extinto SNA, até aprovação em Assembleia Geral dos novos Estatutos.

Nela se integrarão imediatamente com todos os actuais direitos, regalias e obrigações, os associados do SNA, bem como, em igualdade de direitos, regalias e obrigações, todos os arquitectos portugueses e estrangeiros legalmente reco-

nhecidos e, bem assim, estagiários, sem prejuízo de um futuro afastamento de todos os que se não conformarem com as determinações a promulgar.

2.3 - Constituição e reconhecimento imediato de grupos de trabalho e acção para se ocuparem dos problemas específicos que os interessem, incluindo aqueles que se referem à sua inserção no mercado do trabalho. Neste último caso, serão permitidas e fomentadas as consultas e o trabalho conjunto com as associações de base sindical, ou grupos integrando elementos não necessariamente profissionais de arquitectura, oriundos dessas associações.

Os grupos que se formarem no seio da APA ocupar-se-ão, para além dos seus problemas específicos, da discussão da estruturação agora proposta, por forma a que dentro do prazo máximo de quinze dias uma reunião de representantes dos vários grupos sintetize as conclusões sobre o presente projecto, avançando na sua definição e regulamentação e preconizando actuações para a consecução dos vários objectivos, marcando ainda a primeira AG para discussão e eventual sanção das conclusões.

2.4 - Eleição imediata de uma comissão *ad hoc* que garantirá unicamente

2.4.1 - As atribuições de rotina administrativa

2.4.2 - Informação directa junto do Governo Provisório, associações profissionais, associações sindicais e partidos políticos do processo em curso para estruturação da APA e dos objectivos a que a mesma se propõe, bem como idêntica informação à população através dos órgãos de comunicação de massa.

*Lisboa, 30 de Maio de 1974*

## A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ARQUITECTOS SUBSTITUIRÁ O SINDICATO NACIONAL

Ultrapassado o Sindicato Nacional dos Arquitectos, como organismo corporativo, com o derrube do regime fascista que o impôs, os arquitectos de Lisboa reuniram-se em assembleias e constituíram-se em grupos de trabalho para discutirem e deliberarem sobre problemas da classe e a forma de associação que futuramente defenderá os interesses do grupo profissional. Após três sessões da Assembleia Geral Extraordinária convocada para o efeito - os arquitectos de Lisboa aprovaram uma "proposta para um modelo de organização profissional" resultado da revisão e conciliação das duas posições fundamentais que inicialmente se manifestaram sobre a questão.

Na noite de 3 de Junho, (...) o arquitecto José Rafael Botelho (presidente da assembleia do ex-SNA), que dirigiu os trabalhos das três sessões, anunciava por volta das 23 horas, "Creio que estamos prestes a aprovar qualquer coisa!" E, efectivamente, a proposta conciliatória, a que foi dada a letra F, foi aprovada na generalidade, por maioria, ficando a discussão na especialidade adiada para futura sessão. (...) Mediante essa aprovação, ficou confirmada a extinção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, bem como a criação da Associação Portuguesa dos Arquitectos (APA).

## OCUPAÇÃO DO SNA

(...) Foi convocada pela Direcção do SNA uma reunião geral de arquitectos para o dia 30 de Abril, com o objectivo de dar ao conjunto dos associados o ensejo de manifestarem a sua posição face ao Mo-

vimento das Forças Armadas e ao programa publicado pela Junta de Salvação Nacional.

No decurso dessa reunião foram votados e aprovados os seguintes pontos:

1 – Envio à Junta de Salvação Nacional de um texto de apoio ao MFA e de solidarização com o seu programa.

2 – Abertura imediata do Sindicato a todos os trabalhadores em arquitectura.

3 – Nomeação de uma Comissão Provisória que assegurasse a disponibilidade das instalações do SNA para reunião de todos os interessados, a fim de desencadear o processo de reestruturação e eleição de novos corpos gerentes, no mais curto prazo.

4 – Informação a todos os outros sindicatos do processo em curso.

5 – Informação aos estudantes de arquitectura com vista à sua intervenção neste processo.

(...) Nesta segunda reunião, que se pretendia pudesse dar livre expressão às diferentes correntes de opinião e mesmo às preocupações dos diferentes grupos, afirmou-se com grande acuidade a problemática relacionada com as relações de trabalho a que se encontram sujeitos os arquitectos e estagiários assalariados, o que justificou a continuação da mesma reunião no dia seguinte, com uma agenda em que se considerava problema prioritário: A organização sindical dos assalariados de arquitectura.

(...) Foram lançados dois movimentos internos paralelos e complementares, sem que isso represente uma cisão entre membros de um mesmo grupo profissional, mas apenas a definição de dois campos de acção reconhecidos como urgentes:

Por um lado, prosseguiram as reuniões e trabalhos com vista à integração sindical dos arquitectos e estagiários de arquitectura, exercendo a profissão em regime predominante de assalariamento;

Por outro lado, era convocada a Assembleia Geral dos Arquitectos que, permanentemente reunida em sessões semanais sucessivas, se iria ocupar da situação do Sindicato Nacional dos Arquitectos na nova conjuntura política do País, enquanto associação profissional e já não como um elemento de uma estrutura corporativa desaparecida, e na qual só forçadamente fora inserida.

A partir daí, a situação do SNA foi pois, em resumo, a seguinte:

Os arquitectos portugueses, recusando como forma de associação de classe um sindicato de tipo corporativo, encontraram-se reunidos em Assembleia Geral permanente para decidirem da forma de associação profissional que mais lhes convém.

Os arquitectos estagiários de arquitectura, trabalhando em regime de assalariamento, constituíram-se desde então em movimento pró-sindical, estudando a forma que mais lhes convenha de integração sindical.

(...)

Nessa primeira sessão da Assembleia Geral Extraordinária [realizada em 13 de Maio], foi apresentada pelos arquitectos Manuel Moreira, Diogo Pimentel, Fernando Gomes da Silva, Armindo Espírito Santo, Eduardo Rebelo de Andrade e Manuel Salgado, uma proposta relativa ao primeiro ponto da ordem da noite: Posição do Sindicato Nacional dos Arquitectos perante os acontecimentos do 25 de Abril. Propunha-se no documento que a assembleia ratificasse por aclamação o texto aprovado por considerável número de arquitectos na reunião geral de 30 de Abril, e entregue à Junta de Salvação Nacional, por uma Comissão Directiva Provisória, entretanto extinta. Nesse texto os profissionais que o aprovaram manifestavam o seu

apoio ao Movimento das Forças Armadas, solidarizavam-se com o programa, e comprometiam-se a empenhar-se na luta pelo direito à habitação, no combate à especulação fundiária e imobiliária e na contribuição para a definição de uma nova política de solos de habitação. Manifestavam também a sua disposição de colaborar com a Junta de Salvação Nacional, participando no estudo das medidas de saneamento do sector, e de assumir, como critério de decisão na sua actuação profissional, “a melhoria da qualidade de vida das camadas da população até agora mais desfavorecidas, enquanto não for estabelecida democraticamente a nova política económica e social.” A proposta foi aprovada por aclamação.

(...) Passou-se à admissão e discussão das duas propostas concernentes a este 3.º ponto [“Reestruturação do funcionamento da Associação perante as novas perspectivas políticas do País”], apresentadas, a “branca” pelo mesmo grupo proponente dos dois primeiros textos; a “amarela” pelo grupo constituído pelos arquitectos Manuel Vicente, Francisco Silva Dias, Vítor Figueiredo, Hestnes Ferreira e Vassalo Rosa.

Estas duas propostas ficaram consignadas na história do movimento como “proposta branca” e “proposta amarela”. (...)

#### APOIO AO GOVERNO NA ACÇÃO DE SANEAMENTO

Criticou-se sobretudo a “proposta amarela”, que na segunda sessão (realizada a 20 de Maio), foi alvo duma violenta análise crítica ostensivamente impressa em papel cor de rosa incluída numa proposta subscrita pelos arquitectos Carlos Roxo e João Paulo Bessa. Concluía-se no texto que: “A “proposta amarela” é profundamente reaccionária pelas bases em que assenta e pelas vias que propõe, não fazendo ressaltar dela algum contributo válido para um processo de estudo de uma prática social que se pretenda nova” (...). Por decisão da assembleia, esta proposta não foi discutida, votando os participantes pela discussão dos outros textos apresentados.

Nesta segunda sessão da Assembleia Geral Extraordinária, foi também aprovada uma proposta resultante da discussão e conciliação de outras duas, a cuja apreciação se procedeu logo no início dos trabalhos, por se considerar urgente o assunto que tratavam, a saber: incentivar o Governo Provisório a proceder ao saneamento das estruturas, quadros técnicos e administrativos, entidades colectivas e privadas responsáveis “por práticas de atentado contra os direitos dos cidadãos de abuso do poder e de corrupção” e garantir ao Governo Provisório o total apoio neste processo de saneamento, através da constituição dum grupo de trabalho *ad hoc*, “com o objectivo de mobilizar a participação da população, das entidades e dos quadros técnicos e administrativos, no processo de saneamento e na abertura dos inquéritos a promover”. Foram eleitos para o GT os arquitectos Coutinho Raposo, Diogo Pimentel, Gonçalo Byrne, José António Saraiva, Mário Jorge Bruxelas, Pires Martins, Rafael Botelho e Silva Dias. Até este momento, o GT *ad hoc* avistou-se já com os subsecretários de Estado da Habitação e Urbanismo e do Ambiente. Foi também recebido pelo Ministro da Administração Interna.

(...) O arquitecto Diogo Pimentel, um dos subscritores da proposta branca, abordou os problemas principais que preocupam o grupo profissional de arquitectos e que terão tido influência nos aspectos contemplados na referida proposta, no seguinte depoimento que nos prestou:

Especialmente significativo nesse contexto parece ser a eclosão de um movimento pró-sindical envolvendo todos os que trabalham

em arquitectura em situação de assalariamento (arquitectos e estagiários). (...)

O importante é no entanto a manifestação rigorosa de uma situação que só a avestruz ignorava: que os estagiários produziam muita arquitectura mas não tinham lugar legal na associação, e também que uma elevadíssima percentagem dos arquitectos trabalham em situação de assalariamento ou funcionalismo, não dispondo de qualquer estrutura associativa adequada a tal situação e à sua problemática específica.

Um segundo grupo de problemas (...) vem já de longe e os arquitectos não têm sido unânimes na sua identificação e solução: a produção de arquitectura nunca foi exclusiva de arquitectos, podendo mesmo afirmar-se que estes não estão na origem da maioria da arquitectura produzida; por outro lado, sendo poucos os arquitectos, grande parte deles encontra-se ligada a serviços do Estado ou municipais, controlando, apreciando, aprovando ou não projectos e planos elaborados pelos seus colegas de profissão (e não só); em muitos casos, esses mesmos são por sua vez também produtores directos de projectos, por sua conta, ou de outrem; nos últimos anos vieram surgindo as empresas de projectores, sendo uma apenas a legalização de associações entre profissionais (empresas detidas e geridas por arquitectos que nelas trabalham), outras, sociedades por quotas ou anónimas, detidas por não profissionais de arquitectura em que estes se enquadram como trabalhadores (mais correctamente como quadros).

Um outro âmbito de problemas (...) será o daqueles que através dos arquitectos afectam a vida das cidades: habitação, ordenamento do território, solos, indústria privada de construção, especulação de terrenos e casas, urbanização, turismo, seus aldeamentos e hotéis, equipamento, obras públicas, etc... É no fundo todo o leque dos problemas que envolvem o campo de actuação do arquitecto e definem o seu “cliente”. Entre o arquitecto e a cidade (ou os cidadãos no seu conjunto) interpõe-se sempre esse “cliente”, privado ou público, que determina verdadeiramente a acção do arquitecto que planeia ou projecta. (...)

Haveria ainda que referir os problemas de formação escolar ou, mais propriamente, da falta dela. E também das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e de como aí jogam os mais diversos poderes e influências.

Será que uma nova associação profissional e, paralelamente, o enquadramento sindical dos profissionais de arquitectura é uma esperança de se estarem a criar instrumentos eficazes na solução de tantos, tão variados e graves problemas?

E o que vamos tentar que aconteça, confiados também nas potencialidades do novo contexto político, económico e social que, esperamos, esteja a ser gerado em Portugal”.

#### **SINDICATO, PROLONGAMENTO DA ESCOLA**

A proposta amarela, cujo slogan se poderia resumir a “produção de arquitectura para trabalhadores de arquitectura”, preconizava um modelo de organização sindical para a qual reivindicava a exclusividade das seguintes competências: “controlo dos poderes de decisão interessando à produção de arquitectura, controlo de distribuição do trabalho oficial e controlo da contratação.”

Sobre estes dois aspectos (organização sindical e competências) ouvimos dois dos signatários desta proposta, os arquitectos Silva Dias e Manuel Vicente, que nos afirmaram:

“(.) Não conheço nenhum arquitecto representativo que não tenha passado pelo SNA. Para se entender essa “atração” é necessá-

rio explicar como apareceu o Sindicato dos Arquitectos. Nasceu da Sociedade Portuguesa de Arquitectos, associação que defendia os interesses do grupo profissional e se interessava pelos problemas sociais da época. Com o advento do corporativismo, a Sociedade passou a Sindicato e, creio que durante algum tempo, a organização corporativa coincidiu com a organização profissional: um grupo de arquitectos de formação fascista tomou conta do SNA. Esse estado de coisas durou até ao fim da guerra, altura em que se fundou uma sociedade (ICAT) em cujo âmbito se criou esta revista. Dessa sociedade surgiu um grupo de pessoas que posteriormente tomou conta do Sindicato. O arquitecto Keil do Amaral, que foi eleito seu presidente, desenvolveu acção muito importante em prol da politização e dinamização da classe. (...) Seguiu-se um período de coacção das iniciativas e actividades através de várias medidas, o que tornou o SNA praticamente incapaz, apesar do esforço dos corpos gerentes. No entanto, foi o SNA um ponto de encontro e convergência. (...) Portanto, para a geração a que pertencemos, o SNA foi o organismo que nos trouxe qualquer coisa que a escola nunca nos deu, isto é, o enquadramento social da profissão. (...)”

#### **COMPETÊNCIAS QUE SE “PERDERAM”**

Quanto às condições e problemas do exercício da profissão que terão levado os subscritores da proposta amarela a reivindicar as competências enunciadas, para a associação futura, o arquitecto Manuel Vicente deu a explicação (...): o arquitecto passou a ser um instrumento de mais-valia para o patrão que lhe comprava o seu trabalho. (...) Um estudo sociológico da classe, feito nessa altura, mostraria uma classe muito pouco preocupada com problemas de organização a médio prazo sequer. Penso que era um grupo profissional que vivia muito um côté artístico, possuidor dum estatuto muito indefinido, estatuto que antes de Duarte Pacheco nem sequer existia. Durante a luta que os profissionais tiveram com o regime anterior, tentaram impor-se pela via ético-cultural. Mas com o andar dos tempos, verifica-se que sem o controlo do ciclo produtivo, o grupo acaba por perder atrás de si, quanto a mim, quase a própria possibilidade de fazer arquitectura. (...) Na opinião do arquitecto Manuel Vicente, a divergência maior entre as duas propostas em campo estará na intenção de uma não atribuir nenhuma função específica à associação dos arquitectos (proposta branca) e na intenção da outra de lhe atribuir pelo menos as citadas competências.

(...) [A aprovação da proposta F], pela maioria dos subscritores da “branca” e da “amarela”, foi justificada na assembleia, com os seguintes argumentos: “deixa aberta a porta que consente que a associação tenha no seu seio discussões sobre relações de trabalho” (arqto Diogo Pimentel); “Constitui uma estrutura onde todos os problemas da classe podem ser postos; é uma espécie de constituição a que falta o respectivo poder” (arqto Silva Dias); “permitindo a existência de grupos autónomos dá-nos a possibilidade de continuarmos o trabalho que nos propúnhamos fazer imediatamente” (Manuel Vicente).

(...) Não é possível prever o que será a APA antes da discussão na especialidade da proposta F. (...)

#### **MANUELA ALVES**

*in* *Arquitectura - Arquitectura. Planeamento. Design. Construção. Equipamento. n.º 131, Lisboa: Publicações Nova Idade, SARL [Director: Carlos Duarte], Junho de 1974, pp. 2-10.*

# DUAS Salas

1975-1977

## *Preparar a outorgação do estatuto*

### **PENDENTES**

---

Em 17 de Fevereiro de 1977, realizou-se uma Assembleia Geral que manietava representantes para a futura outorgação de escritura do estatuto, entretanto aprovado nas assembleias gerais de 21 de Abril e de 29 de Novembro de 1977; esse estatuto estabelecia a Associação dos Arquitectos Portugueses, consagrava a independência das Secções Regionais do Norte e do Sul e, conseqüentemente, a existência de uma Direcção Nacional que, não sendo eleita, seria exercida alternadamente pelas Direcções Regionais. A inscrição não era ainda obrigatória. Na prática existiu, efectivamente, a hegemonia de Lisboa, e o estatuto revelara uma contradição: uma associação de inscrição livre nunca poderia ter a pretensão de ser a única representativa da classe profissional.

Foi aquela direcção que conduziu a AAP para a reafiliação na União Internacional dos Arquitectos, através da respectiva Secção Portuguesa, e filiação no Conselho Ibero-Americano das Associações Nacionais (CIANA). A sede da AAP manteve-se na dependência da Sociedade de Belas-Artes, na Rua Barata Salgueiro, em Lisboa, instalada em duas salas que já tinham sido do Sindicato.

### **VASCO MASSAPINA**

*In O Risco do Arquitecto - Interesse Público e Autonomia da Profissão. Lisboa: ARQCOOP - Cooperativa para a Inserção Profissional em Arquitectura, CRL, Julho 2007, p. 33.*

1978-1980

# Estatuto APROVADO

## CONCLUIR O PROCESSO

Associação dos Arquitectos Portugueses foi a designação adoptada definitivamente em 1978 quando se aprovou o estatuto, desde logo reconhecida pelos profissionais como embrião da futura associação pública. As eleições realizadas em 28 de Fevereiro de 1978 colocaram pela primeira vez na direcção da associação profissional, depois de 40 anos, corpos gerentes livremente escolhidos pelos profissionais, concluindo um longo processo pela afirmação e reconhecimento social da profissão, visando “contribuir para a valorização profissional e a correcta actuação deontológica do arquitecto no sentido de melhor servir a colectividade”. No dia 27 de Março de 1979, nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, realizou-se a Assembleia Ordinária da Secção Regional do Sul da Associação dos Arquitectos Portugueses, já legalizada e com estatuto aprovado. Em 1981, durante o 2.º Congresso da AAP, Francisco da Silva Dias, com a colaboração de outros docentes da ESBAL, apresenta uma comunicação sobre “As Bases para um Anteprojecto do Estatuto do Arquitecto”, confrontando-se a tese da associação de direito público como organização indispensável na relação pretendida com o Estado, que era de efectiva representação da classe profissional.

Em 1982, nas eleições para os corpos sociais da AAP, Secção Regional do SUL (SRS), a lista encabeçada por Justino de Moraes compromete-se com as conclusões do 2.º Congresso sobre o “estatuto do arquitecto”. (...)

### VASCO MASSAPINA

*In O Risco do Arquitecto - Interesse Público e Autonomia da Profissão. Lisboa: ARQCOOP - Cooperativa para a Inserção Profissional em Arquitectura, CRL, Julho 2007, pp. 33-34.*

## Afirmação e reconhecimento social da profissão

### 1.º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES

“Linhas de actuação da AAP”

Porto, Faculdade de Economia, 23 a 26 de Novembro de 1979

### ENCONTRO “ARQUITECTOS, POPULAÇÃO, TERRITÓRIO, ADMINISTRAÇÃO”

Lisboa, 1980

### 2.º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES

“Os arquitectos e o Ordenamento do Território”

Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 12 a 15 de Novembro de 1981

### PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 1981

Álvaro Siza

“Tem sido manifesta a dificuldade dos arquitectos em discutir os problemas que enfrentam, tanto os inerentes à vida associativa como os que surgem na sua actuação ao serviço da Arquitectura e da sociedade.

De uma maneira geral, os arquitectos têm considerado o órgão de classe como único responsável pela ligação entre si, pela ausência de acções colectivas, pela insipiência de actuação profissional, etc., desculpando, assim, muitas vezes, o próprio alheamento, individualismo e falta de capacidade para “atacarem” em conjunto os inúmeros problemas existentes.

Neste cenário tem sido evidente a dificuldade de comunicação entre os arquitectos, que conduz à falta de conhecimento do conjunto dos problemas internos da classe, e à situação da quase inexistente troca de ideias e prática de discussão.

É por isso convicção da Direcção da S.R.S., e aceite pela classe, que a existência de um órgão de comunicação ao dispor dos arquitectos contribuirá para modificar a situação, para a sua valorização profissional e consequentemente para o fortalecimento e dignificação da classe. (...)

*Editorial in Jornal Arquitectos, n.º 1, Lisboa, Novembro 1981, p. 6.*



# NOVA

BIÉNIO 1982-1983

# dinâmica

## ACÇÃO COLECTIVA NÃO CONCILIADORA

### LISTA DA SRS

Justino Morais  
Manuel Moreira  
Maria do Carmo Matos  
Vera Malvar  
Olga Quintanilha  
Francisco Siva Dias  
Pedro Brandão  
Fernando Gomes da Silva  
José Pedro Martins Barata  
Duarte Nuno Simões  
António Muñoz Cardoso  
António Mattos Gomes  
Celestino de Castro  
Manuel Nicolau  
Nuno Bruno Soares  
Manuel Alzina de Menezes  
Vasconcelos Esteves  
Manuel Laginha  
Vasco Croft de Moura

A lista de candidatos apresentada à Secção Regional do Sul tem como programa para o biénio de 1982-83 o “cumprimento do Estatuto da AAP” e a “catalização da polémica e debate”, surgida no interior dos arquitectos como grupo profissional, com o fim “de criar uma nova dinâmica para a acção colectiva” e “uma intervenção profissional mais efectiva no contexto político-social”.

O Programa, que se refere em diversos pontos à necessidade de uma participação activa dos arquitectos na vida associativa (...), para além do cumprimento do Estatuto da AAP, é a leitura que fazemos do que foi o II Congresso.

O II Congresso da AAP mostrou claramente quem são e o que querem os arquitectos. Um classe rejuvenescida, polémica, interveniente. Catalizar essa vivência é o nosso objectivo.

Os arquitectos não constituem um grupo unitário de opinião. Tensões existem como resultado de posições culturais diversificadas, de diferentes formas de exercício da profissão, de um

posicionamento político, de uma nova componente dada pela actual composição etária da classe.

Reflexo dessa classe, a lista candidata contém em si essas mesmas tensões. Essa é a nossa força. Por isso a nossa acção não será acção conciliadora. Procuraremos catalisar a polémica e o debate, como forma de criar uma nova dinâmica para a acção colectiva, uma renovação, em novos moldes, do espírito associativo, uma intervenção profissional mais efectiva no contexto político-social. (...)

Para uma actuação que se pretende dinâmica e eficiente, os elementos da lista propõem-se agir com uma divisão clara de tarefas, distribuídas com responsabilidade pessoal assumida.

### DESCENTRALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

> Estudo do interesse e viabilidade da criação de núcleos locais (...) [que] seriam uma forma embrionária de organização, como ensaio para a criação eventual de delegações da SRS. (...)

### DEFESA DO PATRIMÓNIO EDIFICADO

> Organizar, a curto prazo, um encontro subordinado ao tema “Património e Ordenamento”, com a intenção de superar as indefinições programáticas e de criar as estruturas capazes de desempenhar na prática e permanentemente o papel activo que a AAP deve ter neste campo (...).

> Manter, apoiar e dar suporte organizativo e material à equipa do “GUAL – Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa”.

> Incrementar o processo de extensão do “Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa” aos Açores e à Madeira.

> Estimular o desenvolvimento de estudos sobre formas de arquitectura espontânea no país, incluindo a casa do emigrante, a casa clandestina e as formas populares de aproveitamento de energia.

### FILIAÇÃO NA UIA

(...)

> Pôr em prática as negociações iniciadas pela Direcção anterior com a Secção Portuguesa da UIA, com o objectivo de concretizar a filiação da AAP na União Internacional dos Arquitectos.

## INTERVENÇÃO NO ÂMBITO DO APARELHO DE ESTADO

A lista entende dever a AAP ser considerada o elemento polarizador na promoção de acções de debate e esclarecimento público e na classe, com o objectivo de criar condições a uma efectiva participação dos arquitectos no estabelecimento do suporte legal inerente à prática profissional.

> Realização de debates sobre regionalização, cuja preparação visará envolver intervenientes com experiência na prática profissional a nível de:

- . Projectos no âmbito do planeamento;
- . Inserção nas estruturas do aparelho de Estado, em actividades de planeamento e de produção de documentos sobre ordenamento do território e planeamento urbano;
- . Actividade editorial de equacionamento e divulgação de trabalhos e problemas de âmbito regional;
- . Participação na elaboração de documentos para discussão na AR.

> Criação, apoio e dinamização de grupos de trabalho para participação na elaboração de regulamentos e legislação a propor ao Governo.

> Apoio e dinamização das actividades de grupos de trabalho existentes, criados pela Direcção cessante, para a participação na elaboração ou alteração de legislação e regulamentos. Documentação, informação e actividade editorial

> Implementação do uso da biblioteca através de: apoio de um bibliotecário permanente, divulgação de um plano de aquisições bianual, divulgação através do JA dos ficheiros e das obras adquiridas.

> Inventariado das peças gráficas (desenhos e fotografias) existentes na SRS e daquelas que venham a ser obtidas (material de exposições, dádivas).

> Actualização e tratamento sistemático dos inquéritos existentes na SRS de forma a manter, sempre que possível, operante a informação sobre a estrutura da classe.

> Publicação regular do JA.

> Estudo de possibilidades de actividade editora no âmbito do estatuto da AAP com vista à publicação de obras de associados ou do produto da actividade dos grupos de trabalho (...).

## ENSINO, FORMAÇÃO E ACTIVIDADE CULTURAL

> Prosseguimento do contacto com as Escolas de Arquitectura com vista à formulação de um programa de colaboração.

> Promoção, formas de debate (cursos, seminários, grupos de trabalho) sobre os problemas culturais e profissionais que afectam a classe (...).

## RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL E SOCIAL DO ARQUITECTO

> Dar continuidade à elaboração do Código Deontológico, tal como definido no II Congresso, de modo a assegurar o devido enquadramento legal da profissão e por forma a que seja aplicável a todos os arquitectos.

> Colaborar com o CDN no estudo de legislação a propor ao Governo para a definição do enquadramento de actuação do arquitecto e a protecção do exercício da profissão.

## EXERCÍCIO DA PROFISSÃO – MERCADO DE TRABALHO

> Criar um grupo de trabalho para estudar o problema das Tabelas de Honorários e a sua aplicação no Planeamento Urbanístico.

> Estudar e pôr em prática um regulamento de participação da AAP em concursos públicos de arquitectura e planeamento. *in Jornal Arquitectos, n.º 3, Lisboa, Fevereiro 1982, p. 16.*

## MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Assinalamos mais um resultado positivo da acção empreendida pela Direcção da AAP, na recuperação de alguns dos seus sócios mais activos e representativos.

Assim, o regresso à actividade social do Arq.º Paulo Henrique de Carvalho e Cunha e o conhecimento da valiosa contribuição que ele dera ao extinto SNA, como sócio e dirigente, despertou a nossa curiosidade e interesse.

Ouvimos o nosso colega acerca das razões do seu afastamento por tão largo tempo e registamos:

“Com efeito, há cerca de 20 anos que me demiti de sócio do SNA, o que tinha então o significado da minha inconformidade com as obrigações estatutárias. Não há, nem houve, portanto, nenhuma incompatibilidade pessoal com os membros da antiga Direcção daquele Organismo”.

Instado depois para referir quais os passos da sua vida de arquitecto que, no seu entendimento, teriam mais projecção na massa associativa, referimos:

“O Congresso Nacional de Arquitectura que teve lugar em 1948, para que fui eleito secretário-geral, funções que aceitei com o perfeito sentido das responsabilidades sócio-políticas que então condicionavam uma tal realização;

Os estudos urbanísticos referentes ao Porto de Lisboa e o do conjunto das localidades ribeirinhas do estuário do Tejo; isso permitiu apresentar um esboço do plano regional no III Congresso da UIA, que teve lugar em Lisboa, em 1953;

O Plano de Desenvolvimento Turístico do Algarve (1963), pouco divulgado e hoje muito esquecido”...

E quanto ao futuro, o que projecta?

“Contribuir, quanto a saúde me permita, para que os arquitectos de hoje encontrem a identidade perdida”.

*in Jornal Arquitectos, n.º 4, Lisboa, Março 1982, p. 12.*

## UM ARQUITECTO PERPLEXO, SOB AMEAÇA DE PARALISIA

(...) Muitas vezes me pergunto se não terão razão os que me dizem que perco o meu tempo na AAP, pela incapacidade crónica da organização profissional dos Arquitectos (de há oitenta anos a esta parte) em intervir, por pouco que seja, nas condições de exercício da profissão. (...)

## PEDRO BRANDÃO

*in Jornal Arquitectos, n.º 12/13, Lisboa, Nov./Dex. 1982, pp. 20–21.*

## PRÉMIO AICA ARQUITECTURA

1982 – Raúl Hestnes Ferreira

# Perfil PÚBLICO

ELEIÇÃO INTERCALAR DA DIRECÇÃO DA SRS/AAP  
PARA O PERÍODO DE JUNHO DE 1983 A FEVEREIRO DE 1984

## REPENSAR A AAP

---

Lista A

Manuel Moreira

Maria do Carmo Matos

Olga Quintanilha

Michel Toussaint Alves Pereira

António Abel

Francisco Silva Dias

Pedro Brandão

Votos entrados nas urnas - 377

Lista A - 193

Lista B - 171

Nulos - 4

Branços - 9

A maioria dos elementos da lista A que se apresenta às eleições intercalares faz parte da Direcção que se demitiu na Assembleia Geral de 29 de Abril. (...) A nossa eleição deverá ser a confirmação de que não é só legítimo, mas indispensável repensar a AAP, de que a AAP não pode ser um clube de alguns arquitectos, de que é necessário um salto qualitativo, uma resposta em termos institucionais e orgânicos às exigências da classe, de protecção ao exercício da profissão, expressas nas resoluções do 2.º Congresso.

## PRIORIDADES

---

### O ESTATUTO DA PROFISSÃO DE ARQUITECTO

A preparação e negociação com o Estado de um Estatuto da Profissão de Arquitecto, com a tónica nos direitos no exercício da profissão e na definição do seu campo de actuação exclusivo e incluindo o Código Deontológico.

### ALTERAR AS RELAÇÕES DA AAP COM A SOCIEDADE

A transformação da AAP numa Associação Pública, nos termos do Artigo 267.º da Constituição.

### DISCUSSÃO ABERTA E ALARGADA SOBRE O FUTURO DA AAP

A realização de encontros nas cidades com um número significativo de arquitectos, como preparação de Assembleias Gerais Regionais e do próximo Congresso.

### ALTERAR A ORGANIZAÇÃO INTERNA DA AAP

A criação de mecanismos que adequem a estrutura da AAP às solicitações decorrentes do seu papel social, nomeadamente a criação de uma Direcção Nacional operativa. Esse objectivo implica uma proposta de alteração dos Estatutos.

### REGULAMENTAÇÃO DE CONCURSOS DE ARQUITECTURA

Concluir o trabalho de regulamentação de concursos, com o objectivo de dotar a AAP de instrumentos que lhe permitam ser o interlocutor privilegiado dos promotores.

### JORNAL ARQUITECTOS

A melhoria de qualidade do JA, a regularidade da publicação, a actualidade de informação e o aumento da participação dos colegas na sua feitura, implementando a formação de um Conselho de Redacção que assegure a democraticidade e a livre expressão de opiniões.

### OUTRAS ACCÕES

Estudar formas orgânicas de descentralização geográfica da AAP. Preparar uma proposta de prioridades nas relações internacionais incluindo a UIA.

Promover o encontro sobre património edificado.

Assinalar a data dos oitenta anos da fundação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses.

Estudar com a ESBAL uma forma de relação permanente.  
Concluir a primeira fase – planta-guia do Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa.

Preparar um acordo colectivo com os trabalhadores e contratados da AAP.

Estudar novas fontes de receita.

Estudar o aproveitamento máximo das actuais instalações e procurar uma alternativa definitiva.

*in Jornal Arquitectos, n.º 16.17.18, Lisboa, Março/Abril/Maio 1983, p. 16.*

### EQUACIONAR PROBLEMAS E ACTIVIDADES

Se outra virtude não tivesse tido, o processo eleitoral que encerrou no passado dia 24 de Junho serviu, pelo menos, para discutir e equacionar os principais problemas internos da SRS, para além das questões de fundo da classe e do exercício da profissão.

Problemas abordados mas não suficientemente discutidos revestem-se fundamentalmente de dois aspectos: a natureza e qualidade dos serviços que a SRS pode fornecer aos seus associados e a gestão dos seus recursos financeiros.

Reconhece-se que a gama de serviços que a AAP pode fornecer é relativamente restrita – facilidades no processo burocrático de inscrições nas câmaras e no pagamento de impostos, assessoria preliminar em assuntos de carácter jurídico, fornecimento da informação especializada através de circulares, da biblioteca, do centro de documentação e da programação.

Embora em número restrito estes serviços e as tarefas burocráticas que lhes são inerentes absorvam a totalidade das receitas correntes da Associação – jóias, cotas, venda de estatutos e passagem de certificados para inscrição nas câmaras. O envio de mais uma simples circular é suficiente para alterar o precário equilíbrio das Secções Regionais.

Numa outra gama de actividades que, na sua maioria, os sócios reconhecem como úteis – publicação do Anuário, do Jornal Arquitectos, preparação do Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa, além da organização de encontros – procura a SRS alcançar um equilíbrio financeiro que auto financie essas acções, através da publicidade, da venda ou das inscrições e, se possível, arrecadar lucros.

Objectivos que se têm revelado difíceis de alcançar, pela exigência de investimentos iniciais, volumosos em relação às possibilidades da SRS, e também pelas flutuações que o mercado da publicidade apresenta.

O terceiro conjunto de actividades da SRS caracteriza-se por uma rentabilidade nula em termos financeiros e o seu funcionamento tem sido garantido por receitas eventuais (subsídios diversos, especialmente alimentados pela venda da “Arquitectura Popular em Portugal”) e por voluntariado da mão-de-obra.

*Editorial in Jornal Arquitectos, n.º 19.20, Lisboa, Julho/Agosto 1983, p. 20.*

### A ARQUITECTURA PARA OS ARQUITECTOS

Novo alcance da profissão, novo alcance da AAP

Congresso. A identidade que somos. Começar por afirmar a Arquitectura. A cultura necessária para marcar o espaço do habitat. (...)

Congresso. Uma profissão com a sua viabilidade. Começar por afirmar a área própria do exercício. Uma formação profissional própria, artística, técnica, humanística, atribui um direito natural, nosso e da população em geral: um direito à arquitectura. Conquistar a possibilidade de a exercer. Ser duro, exigir exclusividade. (...)

Congresso. Uma profissão com a sua maturidade. Começar por assumir um estatuto próprio. Não temer bater-se no terreno legislativo. A promoção da profissão pela via cultural não chega. O direito que temos, pela moral elementar, de exigir garantias das instituições. Garantias mútuas. Dos direitos próprios da autoria intelectual, da responsabilização profissional e dos deveres da deontologia. Ser exigente e responsável é reclamar um estatuto de relação social. Em nome do interesse social da Arquitectura. Exigi-lo com a eficácia possível – a eficácia da Lei. Para que todos saibam o que lhes compete, o seu deve e o seu haver.

Congresso. Uma associação lúcida. Começar por perscrutar as razões da ineficácia e da fragilidade. Não enterrar a cabeça na areia. As transformações que têm passado ao lado de uma Associação raras vezes protagonista. O expediente que monopoliza os recursos de tempo e dinheiro. Tudo o resto que é voluntarismo, carolice, amadorismo, esforço demasiado para o resultado. As estruturas nacionais que não funcionam, os assuntos adiados, as confusões estatutárias, os impasses, a dependência dos subsídios, o desgaste. Arrumar a casa. Redefinir quem é quem. Profissionalizar o trabalho directivo. Aos sócios afastados de Lisboa e Porto dar a possibilidade de organização local. Uma profissão nova exige sangue novo. A AAP não pode ter um coração doente.

Congresso. Nada será como dantes. Ver todas as coisas ligadas. Coroar a transformação necessária com o reconhecimento próprio no quadro das instituições. Reconhecer o perfil de uma Associação que pretende não apenas representar os seus sócios mas representar uma profissão. Reconhecer o perfil de uma Associação capaz de zelar pela deontologia, capaz de intervir na legislação, capaz de regulamentar o exercício profissional, capaz de dialogar com as outras instituições públicas, assumindo-se como parceiro, de igual para igual. Reconhecer-se como Associação Pública. Em nome da descentralização da administração, em nome da maturidade da profissão, em nome do interesse público. A AAP deve ser uma Associação Pública. (...)

*Editorial in Jornal Arquitectos, n.º 24.25, Lisboa, Jan./Fev. 1984, p. 1.*

## INQUÉRITO AAP 84

(...)

Prioridades da AAP (resposta média)

1.º legislação

2.º deontologia

3.º concursos

4.º serviços

5.º actividades culturais

6.º mercado de trabalho

(...)

in *Jornal Architectos*, n.º 26, Lisboa, Mar. 1984, pp. 4-5.

## ASSOCIAÇÃO PÚBLICA. O PERFIL PARA A AAP

(...) Propõe-se uma associação de direito público com um perfil balizado pelas seguintes fontes:

1. Representatividade do conjunto da classe dos arquitectos, estabelecendo direitos e obrigações para todos os que exerçam a profissão no território nacional.

2. Interlocutor, em concertação com o Estado para todos os assuntos relacionados com a homologação dos currículos escolares nacionais e estrangeiros que dêem acesso ao exercício da profissão.

3. Interlocutor, em concertação com o Estado, para controlo do exercício da profissão por arquitectos estrangeiros no território nacional.

4. Interlocutor, em concertação com o Estado, para definição das carreiras públicas referentes à classe dos arquitectos.

5. Interlocutor, em concertação com o Estado, para a elaboração e alteração de toda a legislação referente a arquitectura, urbanismo e construção, incluindo a defesa do património edificado.

6. Interlocutor, em concertação com o Estado, para a elaboração e alteração de toda a legislação referente aos direitos de autor e exercício da profissão.

7. Participação obrigatória em concursos públicos de arquitectura e urbanismo levados a efeito pelo Estado, autarquias e empresas públicas.

8. Transferência de atribuições do Estado ou das autarquias para a associação em matérias referentes ao registo dos arquitectos e à capacidade de os credenciar para o exercício da profissão para o conjunto do território nacional e emissão de cédula profissional, se necessária.

9. Transferência de atribuições do Estado ou das autarquias para a associação em matérias referentes à aplicação de um código deontológico reconhecido pelo Estado e das respectivas sanções, independentemente do direito dos associados de acesso aos tribunais.

10. Capacidade, reconhecida pelo Estado, de regulamentação de aspectos particulares do exercício da profissão nomeadamente registo de currículos profissionais, honorários, contratos, entre outros.

Por outro lado admite-se que uma associação pública terá sempre de respeitar os seguintes princípios:

Garantia da liberdade de associação pela não assunção de funções para além das que são específicas de uma associação profissional.

Não assunção de finalidades ou funções reservadas às associações sindicais ou patronais.

Liberdade e igualdade no acesso à profissão, não podendo ser criadas discriminações ou restrições à inscrição daqueles que possuam as necessárias habilitações.

Garantia de recurso para os tribunais de todos os associados que se sintam atingidos por decisões dos órgãos da Associação. Democracia interna, em coerência com a legislação em vigor.

(...)

in *Jornal Architectos*, n.º 26, Lisboa, Mar. 1984, p. 7.

# PÓLO

## TRIÉNIO 1984-1986

# aglutinador

## UMA EXPRESSÃO ASSOCIATIVA

### LISTA A / CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Presidente – Nuno Teotónio Pereira

Olga Quintanilha

Domingos Tavares

Membros suplentes

Diogo Lino Pimentel

Manuel Correia Fernandes

Conselho Fiscal Nacional

Presidente – José Pedro Martins Barata

Conselho Disciplinar

Presidente – José Carlos Loureiro

### OBJECTIVOS DA CANDIDATURA

Para além do objectivo central no sentido da concretização das resoluções do III Congresso, os candidatos comprometem-se a: Dar vida e tornar operacionais os órgãos nacionais, com destaque para o CDN, ultrapassando as hesitações, bloqueios e impasses que têm limitado gravemente a sua actuação desde a fundação da AAP.

Promover uma prática associativa ao nível nacional, por forma a superar a tradicional dicotomia Norte-Sul, e procurar garantir a presença da AAP junto dos órgãos do Poder, relativamente a decisões que tenham a ver com o exercício da profissão – eis dois aspectos centrais da futura actividade do CDN.

2. Procurar alargar a todos os arquitectos o exercício da profissão face às actuais condições de desemprego, sub-emprego ou outro-emprego. A revisão do enquadramento legal, nomeadamente do Decreto 73/73 e a promoção de concursos de arquitectura e planeamento urbanístico devidamente acompanhados pela AAP constituirão neste domínio duas frentes de trabalho prioritárias para o CDN.

3. Estruturar uma nova política financeira, nomeadamente com a criação de novas fontes de receita, como passo indispensável para superar as limitações de que vem sofrendo a AAP.

4. Favorecer a organização associativa numa óptica de descen-

tralização territorial, nomeadamente pelo apoio à formação de núcleos locais.

5. Alargar, sistematizar e rentabilizar as relações internacionais, o que passará pela definição de prioridades e pela clarificação da posição da AAP face à UIA.

6. Estudar as implicações da eventual adesão de Portugal à CEE nos aspectos ligados à actividade profissional e prestar atenção às consequências decorrentes da homologação de currículos a arquitectos estrangeiros.

7. Promover actividade de índole cultural e formativa no seio da classe e fora dela, estimulando o debate, incentivando a valorização profissional e favorecendo o diálogo com os destinatários e utentes da Arquitectura, na perspectiva do alargamento e aprofundamento de uma consciência colectiva. A divulgação de estudos já realizados, entre os quais os inquéritos à Arquitectura Popular, no Continente e nos Açores, merecerão tratamento prioritário.

in *Jornal Arquitectos*, n.º 30, Lisboa, Outubro 1984, p. 5.

### NUNO TEOTÓNIO PEREIRA, ELEITO PRESIDENTE DO CDN DA AAP LANÇA REPTO:

O desafio que temos pela frente

(...) O desafio que enfrentamos nesta nova fase da vida da AAP é muito claro: trata-se de conquistar uma expressão associativa, tanto interna como externamente, que corresponde à importância – não só actual como potencial – que a arquitectura e os arquitectos têm (e devem ter) na sociedade portuguesa.

(...) Sobre a necessidade de “estarmos todos na Associação” – mesmo os que, a contra-gosto, não exercem neste momento a profissão. (...) Este “estarmos todos” não se deve evidentemente limitar à inscrição e ao pagamento da quota – o que já é importante, aliás. Mas, mais importante, é que essa presença seja activa. E para ser de todos e ser activa ela terá de ser multiforme.

## Todos na Associação

Para isso ser conseguido, o Congresso já consagrou uma metodologia: a descentralização organizativa, com a possibilidade de criação de delegações ou núcleos. Mas esta descentralização não deverá ser apenas entendida em termos territoriais, nos quais, aliás, é importante e urgente que sejam dados passos decisivos; ela deve ser vista como regra para que floresçam as iniciativas e se reforce a organização associativa nos diferentes campos em que a nossa profissão é chamada a intervir.

Deve ser assim combatida a ideia, que muitos colegas terão na cabeça, de que “lá está a Direcção para estudar as questões e procurar resolver os problemas”. Com esta mentalidade difundida como tem estado até agora, as Direcções pouco ou nada poderão fazer.

O que se trata é de pôr ao de cima aquilo que nos é comum a todos – e que é muito, traduzindo na prática a própria aposta que está na base da existência da AAP. (...) Uma adequação cada vez maior das nossas capacidades, dos nossos modos de intervenção e das características da nossa produção àquilo que a sociedade tem o direito de esperar de nós terá de constituir, por isso mesmo, uma frente indispensável de reflexão e actuação que caminha a par com o reforço e a transformação da nossa expressão associativa.

*in Jornal Arquitectos, n.º 31/32, Lisboa, Nov/Dez 1984, p. 1.*

#### **MANUEL TAINHA, PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO, NA TOMADA DE POSSE DO NOVO CDN “Equilíbrio interior e reconhecimento público da profissão”**

(...) Socorrendo-me do sentido crítico possível, que é o exacto contrário do óbvio, direi em segunda aproximação que, de um passado que remonta aos tempos do Sindicato Nacional dos Arquitectos, deveríamos assumir como positivo o seguinte:

1.º – O sentido de independência sempre demonstrado face ao Poder. Mais agora, que vivemos num regime de livre formação e associação;

2.º – A prática da convivência pluralista; também a AAP oferece o necessário plano de coexistência a todas as tendências que tenham por centro de interesse a Arquitectura como prática e como disciplina;

3.º – A vivência associativa como base essencial à formação ética e deontológica da profissão: como escola de carácter, em suma;

4.º – A ideia, proclamada em tantas ocasiões críticas, de que os interesses dos arquitectos se identificam intransigentemente com a defesa da arquitectura como facto social e cultural.

Desse mesmo passado, deveríamos rejeitar como herança negativa:

1.º – O duro e esforçado isolamento da classe dos arquitectos em relação à sociedade em geral, e mais particularmente aos nossos naturais companheiros de estrada, a que então obrigava o regime corporativo. E, consequência deste forçado bloqueio de movimentos;

2.º – Uma certa espécie de insularização cultural e ideológica da profissão, facto este que tanto nos prejudicou quer em termos laborais quer em termos culturais, dado a excessiva carga providencialista atribuída por então à Arquitectura, por vezes em termos verdadeiramente patéticos, direi, de um messianismo apostólico: a Arquitectura como saltério dos males do mundo. Nisto, aliás, se perfilava a classe pelos valores e princípios do Movimento da Arquitectura Moderna tão vivamente expressos no Congresso de 48.

Nem por ser uma arte, pode a Arquitectura transcender o sector produtivo a que pertence e ao qual a prendem inúmeros e anónimos laços de solidariedade.

A nossa tarefa de hoje não será tanto a de nos deitarmos a adivinhar o perfil do arquitecto do futuro, quanto a de criarmos as condições para a sua viabilização como operador responsável na estruturação do meio físico e na gestão dos recursos nacionais, num País em mudança. Será aí que lograremos alargar os limites da consciência do nosso papel social.

*in Jornal Arquitectos, n.º 33/34, Lisboa, Jan/Fev 1985, p. 8.*

#### **DEFENDER A PROFISSÃO, PROMOVER A ARQUITECTURA**

(...) A defesa da profissão não se esgota numa prática associativa em que a representação e a reivindicação absorvem toda a actividade. Tem sido dito que aquela defesa só ganha sentido numa perspectiva de promoção da Arquitectura. Por isso se terá de caminhar nas duas direcções, o que significa que se exige ao arquitecto comprovar, na prática, a utilidade social da profissão. De pouco valerão protecções administrativas se essa utilidade não for globalmente reconhecida pela sociedade.

Esta óptica de intervenção, se tem de ser em primeiro lugar de cada um no exercício profissional, terá de ser também assumida, ao seu nível próprio, pela Associação. Daí a importância de iniciativas no campo da divulgação e do debate, da formação e da crítica, enfim do confronto de ideias e de propostas. Uma boa parte destas iniciativas caberá certamente ao JA; mas a qualquer nível que seja, a presença da AAP, intramuros ou extra-muros, deverá ser marcada por esta tônica.

#### **NUNO TEOTÓNIO PEREIRA**

*in Jornal Arquitectos, n.º 37, Lisboa, Maio 1985, p. 9.*

#### **UM PASSO DECISIVO**

Há quase dois anos, no III Congresso da AAP, e no meio de algum alarido e bastante confusão, um clamor conseguiu fazer-se ouvir com clareza: os arquitectos reclamavam um organismo de classe mais actuante e mais forte, que pudesse ser a expressão de uma vontade colectiva, assumindo perante a sociedade e o Estado a defesa dos interesses e aspirações. Profissão já considerada necessária, mas remetida para casos especiais (os 5% bem conhecidos), tem sido mais tolerada do que aceite de pleno direito na prática quotidiana do País.

A decisão tomada da transformação da AAP numa associação de direito público será expressão, no plano jurídico, de uma situação nova que se pretende conquistar: a do pleno reconhecimento da nossa profissão, a todos os níveis e em todos os lugares em que esteja em causa a criação ou a transformação do espaço construído.

(...) Um crescente interesse de largos sectores da opinião pelos problemas da arquitectura e urbanismo, que se repercute numa maior atenção dos meios de comunicação; uma pressão também crescente junto dos órgãos do Poder, o que não permitirá por muito mais tempo a marginalização de que o nosso sector profissional tem sido vítima; (...) mas, sobretudo, o acentuar de uma consciência colectiva, no sentido de acreditarmos que está muito nas nossas mãos fazer inverter uma situação que nos tem sido desfavorável; e que a AAP tem capacidade para construir o pólo aglutinador dos interesses e aspirações da classe.

(...)

Tratando-se pois de uma questão que não depende de nós, há que olhar com confiança para a sua resolução; mas não nos é

permitido ceder à ilusão de que tudo será certamente fácil e rápido. Mas se isto é assim para a formalização do estatuto de associação pública, já o mesmo não se passa quando se considera o foro interno da AAP: muito é possível melhorar, aperfeiçoar, fortalecer, para dotar a Associação de uma estrutura mais capaz de responder às necessidades actuais. (...) Vamos, à luz da nossa experiência, adequar quanto possível a estrutura da AAP às necessidades actuais e aos desafios que nos são colocados?

A resposta a esta questão terá que dá-la o Congresso. (...)

A AAP não pode cingir as suas preocupações a questões associativas e laborais. Estas questões, cruciais no momento presente, dominam, é certo, o temário do Congresso; mas só podem ser correctamente entendidas na perspectiva de uma intervenção cultural que, sem as ter resolvidas, não poderemos defender e promover. (...)

## NUNO TEOTÓNIO PEREIRA

Presidente do CDN da AAP

in *Jornal Arquitectos*, n.º 45, Lisboa, Mar 1986, p. 3.

### 3.º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES

“Alcance e defesa do exercício da profissão”

Lisboa, Sociedade Nacional de Belas-Artes, 2 a 5 de Abril de 1984

“Reconhecer a identidade e os direitos da profissão é um acto de elementar justiça e seriedade cultural”

1.ª reunião do CDN da AAP

Comunicado de imprensa

in *Jornal Arquitectos*, n.º 33/34, Lisboa, Jan/Fev 1985, p. 1.

### REGULAMENTO DA 1.ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE ARQUITECTURA (1974-1984)

Com o objectivo de afirmar perante o País e a opinião pública “a capacidade de intervenção e a iniciativa dos arquitectos portugueses mesmo em condições tão adversas como as criadas pelo Decreto 73/73” decidiu a direcção da SRS da AAP lançar duas grandes iniciativas a realizar ainda este ano, que irão por certo contar com a participação activa dos colegas:

uma Exposição de Arquitectura que se pretende constitua “uma mostra significativa da Arquitectura realizada por Arquitectos nos últimos dez anos em todo o País”, e um seminário a decorrer em paralelo, subordinado ao tema “Portugal: que futuro para a Arquitectura?” (...)

in *Jornal Arquitectos*, n.º 38/39, Lisboa, Jun/Jul 1985, p. 7.

(...) Situação paradoxal esta: o país precisa de arquitectos, os arquitectos precisam do país.

O diálogo tem sido longo e penoso.

Mas creio que esperançoso... (...)

FRANCISCO SILVA DIAS

Presidente da SRS da AAP

in *Jornal Arquitectos*, n.º 45, Lisboa, Mar 1986, p. 15.

### UMA OUTRA PRAXIS PARA UMA “NOVA” CLASSE

(...) A luta pela conquista dos direitos do arquitecto a arquitectar tem de ser firme, mas cautelosa e progressiva: o êxito dessa luta depende, antes de mais, de nós próprios como grupo. Depende de sabermos criar a evidência, perante um público mais largo, ainda que impreparado, de que a nossa maioria de profissionais – e não só o pequeno grupo de notáveis – pode oferecer serviços que outros só por excepção oferecerão e em condições de custo correspondentes aos benefícios que este serviço mais qualificado trará aos utentes.

(...) Muita coisa terá que mudar se quisermos legitimar a nossa reivindicação de que o arquitecto, enquanto agente cultural, é imprescindível ao desenvolvimento social das comunidades.

## NUNO PORTAS

in *Jornal Arquitectos*, n.º 46, Lisboa, Abr 1986, p. 7.

### 4.º CONGRESSO DOS ARQUITECTOS

(...) O objectivo central da AAP é a promoção de um maior reconhecimento pela sociedade e pelo Estado da área própria da Arquitectura, do seu interesse para a comunidade e de um maior aproveitamento do saber do Arquitecto.

(...) É pois imprescindível a reformulação das condições que enquadram e limitam o exercício da profissão e o seu enraizamento no país.

(...) Está na hora de aumentarmos as nossas exigências de qualidade de vida, o que arrasta, inevitavelmente, uma valorização da profissão de Arquitecto... (...)

in *Jornal Arquitectos*, n.º 46, Lisboa, Abr 1986, pp. 4-5.

### 4.º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES

“Inserção da prática profissional do arquitecto na sociedade portuguesa”

Porto, Palácio da Bolsa, Junho de 1986

### COMPUTADOR NA AAP

(...) A informatização dos serviços ficará a funcionar até ao fim do ano. (...)

in *Jornal Arquitectos*, n.º 50, Lisboa, Outubro 1986, p. 17.

### PRÉMIO NACIONAL DE ARQUITECTURA

Está em adiantada fase de preparação o lançamento – já em 87 – do Prémio Nacional de Arquitectura, iniciativa do CDN (...) [que] espera vir a constituir esta iniciativa uma sequência lógica do êxito da 1.ª Exposição Nacional de Arquitectura e capaz de alargar a repercussão cultural da prática profissional da Arquitectura.

in *Jornal Arquitectos*, n.º 51.52, Lisboa, Novembro/Dezembro 1986, p. 29.

### PRÉMIOS AICA ARQUITECTURA

1984 – Alcino Soutinho

1985 – Nuno Teotónio Pereira

1986 – Victor Figueiredo



# FORÇAS acrescidas

ÓRGÃOS NACIONAIS DA AAP,  
TRIÉNIO 1987-1989

*Os arquitectos  
precisam  
de trabalho  
e o País precisa  
do trabalho  
dos arquitectos*

## LISTAA

---

Conselho Directivo Nacional  
Presidente - Nuno Teotónio Pereira  
José Carlos Loureiro  
Olga Quintanilha  
Pedro Brandão  
Diogo Lino Pimentel  
Manuel Correia Fernandes  
Michel Toussaint  
João Santos Jorge  
José Norberto

Mesa da Assembleia Geral  
Presidente - Manuel Mendes Tainha  
Luís Vassalo Rosa  
Luís Pádua Ramos

**TODOS JUNTOS PELA PROMOÇÃO DA ARQUITECTURA  
E PELA DIGNIDADE DA PROFISSÃO:  
REIVINDICAR OS NOSSOS DIREITOS  
- ZELAR PELOS NOSSOS DEVERES**

Confrontados com o desemprego, o subemprego, a rarefacção e a incerteza da encomenda, os Arquitectos têm de lutar arduamente pelo alargamento do seu mercado de trabalho e pela conquista de condições dignificantes da sua profissão.

Esta luta dos arquitectos não se confunde com a defesa exclusiva dos interesses de uma classe profissional. As dificuldades com que se debate a profissão são um contra-senso face às enormes carências do País em termos de espaço físico e ambiental. Os arquitectos precisam de trabalho e o País precisa do trabalho dos arquitectos. Se esta luta pelo direito ao trabalho e pelo reconhecimento imprescindível que cabe à nossa profissão é uma luta de cada um dos três mil arquitectos portugueses, ela só pode ser leva-

da a bom termo se assumida solidariamente por todos. É nesta perspectiva que a AAP tem de ser capaz de aglutinar o querer dos arquitectos e de conquistar uma expressão interna e externa que corresponda à importância da Arquitectura na resolução dos graves problemas que hoje se põem ao País.

A transformação da AAP em associação de direito público, em vias de ser concretizada, é o fulcro de toda uma série continuada de acções no sentido de defender a profissão, dignificar a Arquitectura e contribuir para uma melhor qualidade de vida dos portugueses. No entanto, os arquitectos bem sabem que as actuais dificuldades e limitações não se poderão resolver apenas por decreto. Para o urgente alargamento do mercado de trabalho e para a conquista do lugar que lhes compete na sociedade, é indispensável a pronta revogação de uma legislação obsoleta, pelo que uma incansável actividade reivindicativa tem de continuar a ser um dos vectores prioritários da AAP, acompanhada de um permanente trabalho de esclarecimento e sensibilização da opinião pública.

Mas uma outra frente de intervenção, igualmente prioritária e caminhando a par com a anterior, é indispensável: a que estimule e apoie os arquitectos a conquistarem, por mérito próprio, o direito ao trabalho e à dignificação da profissão. Mais do que imposta por força de lei, a intervenção do arquitecto tem de ser também desejada e sentida como uma necessidade – económica, social e cultural.

(...) in *Jornal Arquitectos*, n.º 51.52, Lisboa, Novembro/Dezembro 1986, p. 17.

## RESULTADOS ELEITORAIS

Mesa da Assembleia Geral

Lista A - 770

Lista B - 425

Branços - 7

Nulos - 7

Conselho Directivo Nacional

Lista A - 754

Lista B - 433

Branços - 10

Nulos - 7

in *Jornal Arquitectos*, n.º 54, Lisboa, Fevereiro 1987, p. 16.

## UMA NOVA ETAPA

(...)

Ao iniciar este novo mandato no CDN, fazemo-lo em condições muito diferentes das que se verificavam há dois anos atrás.

Nessa altura iniciava-se uma fase de transição, tendo como objectivo passar da Associação que éramos para a Associação que queríamos ser, de acordo com o mandato do 3.º Congresso. A meta dessa fase de transição era a constituição da Associação de direito público.

Aprovados os novos estatutos no Congresso do Porto, em Abril do ano passado, foram os mesmos logo depois entregues ao Governo. E hoje podemos dizer que esse objectivo está praticamente alcançado, com o projecto de decreto-lei respectivo assinado por todos os ministros interessados.

Enquanto decorria esse processo, a AAP não ficou à espera, de acordo com a atitude que temos defendido de que os nossos problemas não se resolvem só por decreto: a indispensável revisão da legislação que temos reivindicado não nos dispensa de,

# Uma votação sem precedentes

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA

in *Jornal Arquitectos*, n.º 54, Lisboa, Fevereiro 1987, p. 4.

por nós próprios, criarmos condições para que a Arquitectura possa ser exercida dignamente em Portugal.

Por isso estes dois anos foram muito activos, tendo-se obtido resultados palpáveis, insofismáveis, a diferentes níveis, apesar das grandes limitações de meios humanos a nível directivo: – conseguimos a afirmação do carácter nacional da AAP, superando a anterior prática de duas secções regionais quase independentes e enraizando os arquitectos no território, através da criação de núcleos regionais que hoje cobrem quase todo o País, obedecendo ao lema: onde estão arquitectos, aí deve estar a Associação;

– conquistamos a necessária credibilidade junto da Administração Pública e dos responsáveis políticos, praticando o diálogo como método permanente, ora reivindicando ou protestando, ora apoiando e colaborando activamente, consoante os actos dessa Administração; e sacrificando interesses imediatos àquilo que consideramos inegociável: o exercício da crítica, quando tais actos ferem a nossa dignidade profissional ou os interesses da população nos domínios que se ligam à intervenção do arquitectos; rejeitamos a crítica sistemática, mas também rejeitamos o silêncio que é cumplicidade;

– ganhámos por isso mesmo o respeito e até o apoio da opinião pública e provocámos um maior interesse dessa opinião pelas coisas da Arquitectura, do planeamento e do espaço edificado; – e o que, para nós, é mais do que tudo indispensável: ganhámos o apoio dos arquitectos para a política associativa que desenvolvemos, como bem ficou demonstrado nas recentes eleições; ao dar-nos um apoio tão significativo, a nossa classe profissional criou as condições para que essa política seja aprofundada e levada às últimas consequências no mandato que agora se inicia.

2. (...) Acho útil referir algumas questões que a AAP tem agora de abordar com decisão, sem o que falhará a sua missão:

– Temos de alargar o mercado de trabalho para eliminar o desemprego e o outro-emprego; é preciso acabar com a situação aberrante de o País precisar tanto de arquitectos e haver tantos arquitectos sem trabalho.

– Temos de combater o aviltamento da prática profissional que está a ser provocado por uma onda crescente de concursos selvagens, à custa precisamente da falta de trabalho: concursos de preços, de prazos, de currículos, sem qualquer garantia de seriedade; concursos onde o ganhador está de antemão seleccionado. Admitimos a concorrência que é uma lei da sociedade em que nos inserimos, mas na base da qualidade dos serviços prestados,

da igualdade de oportunidades, da abertura a novos valores.

– Temos de melhorar a qualidade dos nossos serviços, adequando-os às necessidades da sociedade portuguesa. Não compete à AAP fazer crítica de Arquitectura, mas compete-lhe sem dúvida incentivar essa crítica, criar condições para um debate interdisciplinar, favorecer o diálogo com a opinião pública e com os utentes, desenvolver uma acção pedagógica, distinguindo os trabalhos de maior qualidade – o que se procurará fazer com o Prémio Nacional de Arquitectura, a ser lançado proximamente – e aproveitando a excelente tribuna que é o “JA”, que entretanto se consolidou.

– Temos de velar pela credibilidade e prestígio dos arquitectos, não só através da competência profissional, mas também pela correcção do seu comportamento; para isso, combater a corrupção onde ela se manifeste e os atropelos à ética profissional, aplicando o Código Deontológico aprovado no 3.º Congresso, sempre que necessário.

– Temos de proporcionar melhores condições à actividade da AAP, ampliando as instalações e montando os serviços indispensáveis que hoje faltam; e alargar o apoio aos associados sob diversas formas, onde quer que estejam e nas diferentes modalidades em que exerçam a profissão.

3. No Seminário organizado há um ano pela SRS foi colocada a interrogação: que futuro para a Arquitectura? Olhando à nossa volta, verificamos as enormes carências do País: faltam hospitais, habitações, escolas, centros de lazer, fábricas, equipamentos. Há por isso razões para acreditar que esse futuro existe e está ao nosso alcance.

É com essa confiança que vamos trabalhar.

## NUNO TEOTÓNIO PEREIRA

*Presidente do CDN*

### (...) RESPONSABILIDADE E TRABALHO

#### SÃO OS PRESSUPOSTOS DE QUEM SE CANDIDATA.

Mais Arquitectura, Melhor Arquitectura, Melhor AAP  
É a legenda do nosso programa, é a legenda da nossa acção. É o resumo dos objectivos do nosso mandato:

1.º objectivo – Mais Arquitectura

Mais arquitectura, pela defesa, pela divulgação da profissão de arquitecto.

Alargar o campo de acção e o mercado de trabalho, lutar para que a arquitetura só possa ser feita por arquitectos. Mas também divulgar na opinião pública a nossa profissão, explicar a quem não sabe o que fazemos, como o fazemos.

Conseguir que a opinião pública venha a exigir o direito à arquitectura, como parte do seu direito à qualidade de vida.

2.º objectivo – Melhor Arquitectura

Melhor arquitectura, pela dignificação da profissão, pela melhoria da prática profissional, pela emulação da qualidade entre a concorrência de preço. A associação deve lutar pela melhoria da qualidade do produto médio do arquitecto e deve contribuir para essa melhoria, por acções de formação e informação, e pela exposição e discussão desse produto.

Mas também lutar para que cesse a degradação das nossas cidades, do nosso País. Lutar, muito especialmente, para que Lisboa inverta o seu processo de entropia. Lutar para que este País seja habitável. E essa é a luta para que os arquitectos sejam

chamados, e que a nós seja confiado, em exclusivo, a organização do espaço habitado.

3.º objectivo – Melhor AAP

Melhorar a nossa Associação, prestar melhores serviços, ir mais longe na descentralização. Só é possível ter mais arquitectura, ter melhor arquitectura, se a organização que representa os arquitectos for suficientemente forte, for suficientemente activa.

Neste mandato estão reunidas as condições para atingir esse objectivo.

1.º pela prática dos eleitos, quer a nível nacional quer a nível das secções regionais.

2.º pela nova divisão estatutária dos poderes nacional e regional, que irá certamente dar maior eficácia à nossa acção.

As dificuldades e limitações materiais são o único obstáculo que tememos no nosso percurso. (...)

## MANUEL MOREIRA

*Presidente do CDRSul*

*in Jornal Arquitectos, n.º 55, Lisboa, Março 1987, pp. 18-19.*

### COIMBRA/ENCONTRO DOS ÓRGÃOS DIRECTIVOS

Acção estratégica

A AAP aprofunda ideias

(...) 3. Algumas questões táticas

3.1. Isolar os adversários

Em todas as acções de protesto, denúncia e reivindicação a que somos obrigados para a satisfação das nossas justas aspirações, devemos evitar pôr globalmente em causa profissões que disputam ou invadem ilegalmente o nosso mercado de trabalho.

Assim tem sido feito, mas é importante exercer uma permanente vigilância neste domínio. As respectivas organizações profissionais não devem ser atacadas ou criticadas em bloco, mas apenas na estrita medida e a propósito de acções concretas que nos sejam prejudiciais. É um facto conhecido a existência, nestas profissões, de elementos que aceitam as nossas posições.

No entanto, não deve confundir aquele propósito com falta de firmeza na defesa dos nossos interesses, quando tal for necessário. Mas os termos e o modo de concretizar esta firmeza devem ter em conta aqueles elementos e evitar o fortalecimento de blocos que nos são adversos.

3.2. Dialogar em todas as direcções

A prática do diálogo institucional, como vem sendo feita, deve ser intensificada e alargada. Há lacunas graves no nosso relacionamento que urge colmatar: ANMP, CCR, ME, associações empresariais, FAUTL, etc. Mas devem ainda estabelecer-se relações, naturais e descomplexadas, com organismos que intervêm em áreas profissionais próximas da nossa ou que parcialmente se lhe sobrepõem, e onde por vezes se encontram arquitectos. As objecções formais que possam existir devem ser postas de lado, a bem do alargamento da influência da AAP e de um diálogo interdisciplinar que só temos vantagem em incentivar. Estão neste caso, entre outros, a Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores, a Sociedade Portuguesa de Autores, a Sociedade Portuguesa de Urbanistas e a Associação dos Arquitectos Paisagistas.

3.3. Envolver a AAP na responsabilidade profissional

Reivindicar maior responsabilidade para a profissão mesmo antes de ser conseguida a legislação que assegure a sua viabilidade.

Oferecer um serviço com mais garantias como processo da afirmação da qualidade do trabalho do arquitecto é uma via para abrir mercados e ganhar trunfos para a negociação a nível da legislação decisiva.

Paralelamente a AAP deve exercer maior intervenção na prática profissional (regulamentar, de controlo) através da experimentação de fórmulas mais profundas de envolvimento (em concursos, nos contratos, no licenciamento dos projectos e outras a estudar como o seguro profissional) emprestando a “caução colectiva” d Associação ao trabalho do arquitecto.

#### 3.4. Desenvolver uma produção cultural com critérios

A produção cultural da AAP (edições, colóquios, exposições, etc.) deve ser intensificada mas com um cuidadoso critério de prioridade, de acordo com a estratégia definida. Em particular são de prestigiar as acções que reforçam a imagem da AAP para o exterior e a coesão da classe e as que aprofundam as preocupações mais actuais da disciplina em Portugal.

#### 3.5. Melhorar a organização

Ao mesmo tempo que deve ser feito um esforço de organização e de aumento do empenho individual e colectivo dos órgãos da AAP e de melhoria dos meios materiais, a AAP deve cuidadosamente seleccionar as iniciativas nas várias frentes de trabalho, de acordo com a capacidade de concretização existente.

*in Jornal Arquitectos, n.º 61, Lisboa, Novembro 1987, p. 9.*

(...) Como claramente ficou consignado nas directrizes consagradas em recente Congresso – o primeiro realizado sob o novo estatuto de Associação Pública –, a AAP é chamada a assumir um novo posicionamento na sociedade portuguesa, intervindo, com autoridade acrescida, na melhoria das condições de exercício da nossa profissão. Trata-se, entre outras circunstâncias, de corresponder ao reconhecimento, pelos Órgãos de Soberania, de autonomia da Arquitectura enquanto campo profissional polarizador de actividades técnicas, científicas e artísticas cuja ordenação espacial manifesta os interesses e valores culturais da sociedade portuguesa. Assim, se hoje é legítimo afirmar que, ao beneficiar do estatuto de Associação Pública, a AAP merece um maior respeito por parte dos poderes públicos, também é possível acrescentar que, no próximo futuro, as expressões tangíveis desse respeito dependerão do modo como os arquitectos, através dos seus órgãos representativos, conseguiram fazer valer os seus direitos e souberem satisfazer os seus deveres. Atendendo ao que está em jogo, as próximas eleições devem pois merecer o nosso melhor e esclarecido empenhamento. É esse o desejo que aqui posso deixar formulado, fazendo votos para que a mobilização dos arquitectos esteja à altura dos desafios que se deparam à AAP.

## FERNANDO GONÇALVES

*Editorial in Jornal Arquitectos, n.º 80.81, Lisboa, Out/Novembro 1989, p. 1.*

### A OPORTUNIDADE DE UMA INICIATIVA PRÉMIOS NACIONAIS DE ARQUITECTURA

O lançamento dos Prémios visa dois objectivos: em primeiro lugar, distinguir as obras de melhor qualidade no campo da produção arquitectónica; em segundo lugar, divulgar essas obras, apontando-as como exemplares, numa acção pedagógica e crítica que tem

como destinatários tanto a opinião pública como a própria classe profissional. (...)

## NUNO TEOTÓNIO PEREIRA

*Presidente do CDN*

*in Jornal Arquitectos, n.º 56.57, Lisboa, Abril/Maio 1987, p. 19.*

### DIA MUNDIAL DA ARQUITECTURA

Celebrou-se este ano pela primeira vez o Dia Mundial da Arquitectura, disciplina da maior importância, tanto na história das civilizações como na vida quotidiana dos povos. (...)

*in Jornal Arquitectos, n.º 58, Lisboa, Junho 1987, p. 5.*

### CONCURSO DE IDEIAS PARA A RENOVAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DE LISBOA

Uma aposta arriscada: a bola está do nosso lado

(...) Bem sabemos que aquilo a que temos chamado a crise da afirmação da Arquitectura na sociedade portuguesa só poderá ser ultrapassado através de toda uma série de acontecimentos e de acções em múltiplas frentes – e não só na externa, mas também, como é óbvio, no interior da própria profissão. Mas a luta prolongada que os arquitectos estão a travar pode conhecer batalhas decisivas, episódios que condicionam porventura o seu posterior desenvolvimento. O Concurso de Ideias para a Zona Ribeirinha de Lisboa pode ser um desses momentos. (...)

## NUNO TEOTÓNIO PEREIRA

*in Jornal Arquitectos, n.º 61, Lisboa, Novembro 1987, p. 3.*

### 1 DE JULHO 1988 – DIA MUNDIAL DA ARQUITECTURA

Autorização legislativa para publicação do Decreto-Lei AAP / Associação Pública Decreto-Lei n.º 465/88, de 15 de Dezembro  
*in Jornal Arquitectos, n.º 66, Lisboa, Maio 1988, p. 3.*

### PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 1987

Manuel Vicente

### A AAP E O INCÊNDIO DO CHIADO

(...) O convite formulado pelo Presidente do Município [a Siza Vieira], de uma forma que merece fortes críticas, revela-se quanto ao conteúdo de um incontestável acerto, o que pode significar o início de uma viragem na forma de intervir na cidade, condição colocada pela AAP desde o início para dar credibilidade ao processo de reconstrução do Chiado. (...)

Lisboa, 15 de Setembro de 1988

*O Secretariado do CDN*

*in Jornal Arquitectos, n.º 69/70, Lisboa, Agosto/Setembro 1988, p. 3.*

### PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 1988

Gonçalo Byrne

### 5.º CONGRESSO DA AAP

“A qualidade do espaço edificado hoje”

Coimbra, Universidade, 15 a 17 de Junho de 1989

### PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 1989

Pedro Ramalho

# Conquistar o MERCADO

TRIÉNIO 1990-1992

## DIRECÇÃO AO MERCADO ÚNICO EUROPEU

### Lista A

Presidente - Francisco da Silva Dias

Vasco Morais Soares

Michel Toussaint Alves Pereira

João Santos Jorge

Fernando Gonçalves

Olga Quintanilha

Manuel Correia Fernandes

Manuel Queiroz

José Lobo de Carvalho

### Programa de Candidatura

Lista A, Conselho Directivo Nacional

Construir a Associação Pública, Preparar 93

A instituição da AAP como Associação Pública constitui o reconhecimento legal da área de intervenção do arquitecto no nosso País.

A lista que se apresenta propõe-se partir do reconhecimento legal da profissão e da AAP para a constituição de estruturas que tornem esta capaz de exercer, em favor da melhoria das condições do exercício da profissão, as suas prerrogativas de Associação Pública:

Soubemos criá-la, saberemos usá-la.

A Directiva é o reconhecimento europeu da área de intervenção dos Arquitectos portugueses. A lista que se apresenta propõe-se agir nas direcções decisivas da nossa integração no Mercado Único Europeu:

### AMPLIAR O MERCADO DISCIPLINAR AS RELAÇÕES

#### APETRECHAR A RESPOSTA

Para tal, compromete-se a promover as seguintes acções prioritárias:

1.ª acção - No campo legislativo

... representar os arquitectos junto aos órgãos de soberania e colaborar com os órgãos da administração pública, central, regional e

local, sempre que estejam em causa matérias que se relacionem com a prossecução dos seus fins.

(Artigo 3.º do D.L. 465/88)

Propondo-se para tal:

Apresentar ao Governo e à Assembleia da República um projecto de Lei da Arquitectura, enquadrando a revisão dos Decretos 166/70 e 73/73 num conjunto de princípios e procedimentos relativos à prática profissional da Arquitectura, em particular a exclusividade dos Arquitectos, a responsabilização profissional, a apreciação de projectos, as regras gerais da concorrência, da constituição de empresas de arquitectura e regime fiscal.

Participar na revisão da Legislação Urbanística, exigir o seu debate pela classe, dando cumprimento à necessidade de um "Código do Urbanismo" e de estabelecimento de regras de transparência na Administração.

2.ª acção - No campo do exercício da profissão

... os arquitectos têm o direito de exercer a sua profissão de acordo com a sua vocação, formação e experiência na totalidade do território, sem concorrência de profissionais ou grupos sem formação adequada.

(Artigo 36.º do D.L. 465/88)

Propondo-se para tal:

Bater-se pela exigência de regulamentação legal da Encomenda de Arquitectura e Urbanismo, por forma a garantir a necessária transparência e rigor de processos, nos concursos e na contratação e garantir o acesso à encomenda no início de carreira.

Exigir o cumprimento por parte do Estado das Tabelas de Honorários por ele próprio fixadas e sua aplicação ao Urbanismo e a todo o sector público.

Promover a integração de Arquitectos em todos os serviços da Administração Central, Regional e Local, e o estabelecimento de condições para o exercício profissional condigno e responsável dos Arquitectos na Administração.

Promover regras para a Responsabilização Profissional e contra a burocracia e a arbitrariedade na apreciação de projectos.

3.ª acção – No campo formativo e cultural  
... o arquitecto têm direito à actualização da sua formação e valorização profissional.  
(Artigo 36.º do D.L. 465/88)  
Propondo-se para tal:  
Dar maior alcance às Iniciativas Culturais, na promoção dos Prémios de Arquitectura e no lançamento de Exposições e sua itinerância, em articulação com as Secções Regionais.  
Proporcionar a realização de Debates sobre os temas mais actuais da Arquitectura e do Urbanismo.  
Acompanhar as escolas com Cursos de Arquitectura e discutir a aplicação das Exigências Comunitárias à realidade portuguesa.  
Exigir a participação da AAP nas Comissões de Fiscalização do Ensino Particular bem como nos processos de homologação de cursos de Arquitectura.

## ***Só os arquitectos podem, em todo o território nacional, praticar os actos próprios da profissão, dependendo o seu exercício de registo na AAP***

(Artigo 35.º do D.L. 465/88)

4.ª acção – No campo internacional  
... conferir à organização profissional dos arquitectos estruturas e atribuições equivalentes às das associações congéneres nacionais e estrangeiras ...

(Preâmbulo do D.L. 465/88)

Propondo-se para tal:

Participar na preparação das Directivas Europeias sobre Arquitectura (Formação, Encomenda Pública, Produtos, etc.) nomeadamente através da acção junto das organizações europeias de Arquitectos defendendo a adequação dessas normas à realidade portuguesa.

Promover a Divulgação da Arquitectura Portuguesa e estabelecer intercâmbios, nomeadamente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

5.ª acção – No que se refere à vida associativa

... organizar e desenvolver serviços úteis aos seus associados.

(Artigo 3.º do D.L. 465/88)

Propondo-se para tal:

Promover o lançamento de um programa de estágios para arquitectos recém-formados através de Protocolos com várias entidades com responsabilidade no sector, preparando a possível adopção pela Comunidade da obrigatoriedade de uma formação prática para ingresso na profissão.

Lançamento, em colaboração com as Secções Regionais, de um programa de apoios à instalação ou apetrechamento de ateliers de projectos aberto aos jovens Arquitectos.

Lançamento, em colaboração com as Secções Regionais, de novos serviços aos associados ou desenvolvimento dos já criados como apoio à contratação e aos concursos, apoio jurídico e fiscal, informação técnica e informática.

Criação de um “pacote” de seguros para arquitectos (vida, doença, reforma, responsabilidade, multiriscos).

Resolução urgente do problema da Sede Nacional da AAP, através de acções a empreender junto de várias entidades públicas e privadas, com informação constante aos associados.

Reestruturar o sector das publicações periódicas da AAP (JA e RA), no sentido de assegurar maior regularidade com informação de qualidade, em regime de autofinanciamento.

*in Jornal Arquitectos, n.º 80.81, Lisboa, Out/Novembro 1989, pp. 12 e 14.*

## **LISTA A, CONSELHO DIRECTIVO REGIONAL DO SUL**

(...) VAMOS TER ÊXITO?

Vamos trabalhar coesos com o programa e com a acção do Conselho Directivo Nacional, condição essencial para a eficácia da Associação forte e aberta que precisamos.

Contudo, sem uma Nova Sede para a AAP, será difícil cumprir um programa de Mudança, Profissionalismo e Participação, como é o nosso.

Mais coesão, uma Nova Sede e uma maior participação dos Arquitectos na vida da AAP são as garantias do nosso êxito na edificação da Associação Pública.

*in Jornal Arquitectos, n.º 80.81, Lisboa, Out/Novembro 1989, p. 14.*

## ENTREVISTA AOS CANDIDATOS A PRESIDENTE DO CDN

Lista A - Francisco da Silva Dias

(...) A qualificação de técnicos que subscrevem projectos sujeitos a licenciamento municipal continua a ser regulada pelo Decreto 73/73. Como comenta a situação e o que pensa fazer para a alterar?

É um princípio inegociável o da Arquitectura por Arquitectos. A nossa estratégia tem passado obviamente pela revisão do 73/73. A tática seguida foi a de começar por introduzir no nosso sistema jurídico o princípio da Arquitectura por Arquitectos. Isso foi conseguido com a Associação Pública, o que nos permite agora fustigar a contradição. O resultado está à vista: numerosas câmaras com áreas de intervenção exclusiva do Arquitecto, o Turismo, as zonas históricas, o aumento da procura do arquitecto. É ainda pouco, mas o 73/73 vai cair e é preciso saber já preparar a resposta: é preciso defender o direito de autor, combater as assinaturas de favor e o tráfico de influências. Conquistar os novos mercados, oferecer melhores serviços. As Câmaras, os promotores, o governo, têm de ser conquistados para a ideia da Responsabilidade Profissional. Esta é uma nova batalha pelo princípio da Arquitectura por Arquitectos e vai ser corporizada na proposta de Lei da Arquitectura.

(...) Que perspectivas se abrem para a profissão agora alcançado o estatuto de Associação de Direito Público?

(...) A Associação Pública representa a capacidade reconhecida à AAP de intervir na legislação, de regulamentar o exercício da profissão, de exercer jurisdição disciplinar, controlar os estrangeiros, etc. é uma arma poderosa. Mas para que a Associação Pública traga algo de mais palpável, ela tem de ser edificada pela sua prática: essa arma irá ser usada para influenciar as políticas que condicionam o exercício da profissão. Por exemplo, para combater a monopolização da encomenda e favorecer o acesso ao trabalho pelos pequenos ateliers e profissionais em início de carreira, em condições de remuneração e contratação condignas.

(...) Que política tenciona seguir em relação à distribuição da encomenda pública de Serviços de Arquitectura e Urbanismo?

Acesso ao mercado em absoluta igualdade de oportunidades; combate aos concursos curriculares ou de preços; regulamentação transparente das formas de Encomenda; honorários e contratação condignos. É óbvio que nem toda a Encomenda pode ser por concursos públicos. Mas os Concursos Públicos (por onde têm tido acesso ao mercado muitos profissionais em início de carreira) não têm sido demasiados. E se é verdade que muitas vezes são mal organizados, as outras formas são-no quase sempre. Dizer que todas as formas são boas e iguais é uma irresponsabilidade profissional e cultural, quando sabemos da corrupção e dos lobbies que por aí passam. A política da AAP será sempre de regras claras, acesso à encomenda aberto a todos e qualidade como critério.

(...)

in *Jornal Arquitectos*, n.º 80.81, Lisboa, Out/Novembro 1989, pp. 16-18.

## DISCURSO DE MANUEL TAINHA, PRESIDENTE CESSANTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

(...) Entre outras coisas porque a figura do beneficiário de acto técnico se transfigurou. Quem beneficia dele? O promotor, aquele que paga o serviço, o utente real, o Povo, a sociedade, a cultura?

Convenhamos que o traçado da figura do beneficiário não é nem fácil nem pacífico. Privilegiar uma em detrimento das outras é no fundo sacrificá-las todas.

E aqui surge um primeiro paradoxo: quanto mais anónima e enigmática é a figura do destinatário, maior é a responsabilidade do profissional. Por outro lado ninguém hoje trabalha sozinho. À partilha do fazer corresponde a partilha de responsabilidade social do facto produzido: o acto técnico é um acto compartilhado.

Para o arquitecto, por exemplo, a diferença está em que antes os seus companheiros de estrada eram o procurador, o alvanel, o geómetra, o canteiro, o carpinteiro, o medidor de quantidades, etc. O estaleiro era por assim dizer o lugar comum aos mais diversos ofícios.

Hoje os seus companheiros de estrada são outros: as engenheiras, a economia, as ciências sociais e humanas, até. Mas a partilha de responsabilidade é a mesma.

O que acontece é que nas sociedades organizadas tende-se cada vez mais a investir na figura do arquitecto a responsabilidade do serviço produzido.

E porquê?

A meu ver apenas por isto: porque de todos os técnicos que participam no acto projectual, o arquitecto é o único que vê e pensa os artefactos como um todo unitário, na integridade das suas funções práticas, espirituais, culturais. Esse é o seu papel na divisão do trabalho.

E daqui, um segundo paradoxo: à medida que a responsabilidade técnica mais e mais se dissemina por todo o corpo técnico de projectos, a responsabilidade perante a sociedade do acto profissional tende a concentrar-se numa única figura.

Neste quadro, onde seria aplicável o preceito moral de Polónio? [Dirigindo-se ao filho que partia para longe da pátria, Polónio exortava-o do seguinte modo: "E acima de tudo tem isto bem presente: Sê sincero contigo mesmo/ E daí se segue, como a noite segue o dia,/ Que não deves ser falso com nenhum outro homem". Este preceito valeu como regra de conduta por muitas e muitas gerações. Significaria para Shakespeare que toda a relação com outras pessoas é boa e justa na medida em que se inspire e reflecta o "eu" real.]

Sem sombra de dúvida, cabem aos agrupamentos profissionais, uma vez libertos de antagonismos do passado, preencher o vazio deixado pelo esgotamento daquele preceito.

in *Jornal Arquitectos*, n.º 82, Lisboa, Dezembro 1989, pp. 10-11.

**DISCURSO DE NUNO TEOTÓNIO PEREIRA,  
PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

(...) Há urgências que julgo importante e a que os novos órgãos directivos devem prestar a maior atenção.

Em primeiro lugar, a evidência de novas e amplas instalações para que a AAP possa responder ao que dela se deve legitimamente esperar quanto à montagem de serviços e condições de acolhimento aos associados. Há também que proporcionar condições para o convívio entre arquitectos e para o debate aberto dos problemas que a actual situação da Arquitectura nos coloca a todos. Há que fortalecer os laços entre os membros da nossa comunidade profissional e para isto o conhecimento mútuo das obras e das tarefas que os arquitectos vão desenvolvendo ou enfrentando torna-se indispensável. Há também que prestar maior atenção aos problemas deontológicos, como uma vertente fundamental da dignificação da nossa profissão. Finalmente, importa completar e consolidar o processo de regionalização que foi lançado ao longo destes anos, como uma contribuição importante para o enraizamento rápido e consistente dos arquitectos no território nacional.

(...)

*in Jornal Arquitectos, n.º 82, Lisboa, Dezembro 1989, p. 12.*

**DISCURSO DE FRANCISCO DA SILVA DIAS,  
PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL**

(...) Pois se a Ordem dos Médicos se instituiu perante o Governo como procuradora da população para os assuntos da Saúde e assim dignifica a profissão, pois se a Ordem dos Advogados se instituiu como defensora da Justiça, nós seremos procuradores dos nossos concidadãos para a garantia da qualidade do espaço edificado, cuja criação e transformação hoje se entende como um serviço público.

Proporemos um pacto ao Governo:

Se a Arquitectura for feita por Arquitectos.

Se as regras da construção e da ocupação do solo forem claras e públicas, evitando que a encomenda privada seja canalizada para os que conseguem maiores ocupações, mais elevadas densidades, menor qualidade...

Se as regras do licenciamento forem igualmente claras e públicas, responsabilizando todos os intervenientes no acto da construção e transformação do território, arquitectos, engenheiros, construtores, autarcas, utentes, e em todas as suas fases desde o pedido de viabilidade, à licença de ocupação...

Se os direitos de autor forem respeitados e reconhecido o direito de fiscalizar e pedir o embargo...

... Então garantiremos a qualidade e por ela nos responsabilizaremos.

Em suma, se uma Lei-Quadro da Arquitectura e do Urbanismo for aprovada ganhará o país e para os arquitectos portugueses será a única forma de se colocarem em igualdade com os seus companheiros da Comunidade cuja concorrência em termos conceptuais não temem, mas que reconheceremos mais responsabilizados em relação à qualidade do produto final. (...) *in Jornal Arquitectos, n.º 82, Lisboa, Dezembro 1989, p. 15.*

**PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 1990**

Manuel Tainha

**PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 1991**

Henrique Chicó

**6.º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS  
PORTUGUESES**

“Os arquitectos portugueses e a Europa – uma Cultura, uma Responsabilidade”

Lisboa, Convento do Beato, 4 a 6 de Junho de 1992

**PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 1992**

João Luís Carrilho da Graça

**PRÉMIO SECIL ARQUITECTURA 1992**

Casa das Artes, Eduardo Souto de Moura  
img

**PRÉMIO PRITZKER 1992**

Álvaro Siza



# PRESTAR PROVAS

TRIÉNIO 1993-1995

## UMA OBRA ABERTA

---

Conselho Directivo Nacional  
Presidente - Pedro Brandão  
Vasco Cunha  
Jorge Farelo Pinto  
Fernando Gonçalves  
Helena Roseta  
Jorge Silva  
Carlos Guimarães  
Isabel Matias  
Hugo Hugon

Pela primeira vez desde que em Abril das espingardas brotaram cravos haverá este ano eleições não disputadas para os dirigentes da AAP. (...) Em contexto de ferocidades previsíveis, alimentadas pelo constante agravamento de desproporção entre o crescimento do mercado de trabalho e a formação de novos arquitectos, em conjuntura de incontornável crise internacional, forçoso será que na Associação se espelhe com equidade a contradição dos interesses que lhe dão fundamento.

Aqui se divulgam os princípios que hão de determinar as opções para os próximos anos. O JA abre-se necessariamente ao debate (...)

*in Jornal Arquitectos, n.º 116, Lisboa, Outubro 1992, p. 20.*

### PROGRAMA COMUM CDN/CDRSUL CONSTRUIR UMA OBRA ABERTA

A situação da profissão no próximo futuro envolve risco de crise e conflitualidade, com uma disputa mais acesa do mercado. Por isso a acção associativa nos próximos três anos exigirá mais coesão, mais eficácia e coerência.

A nossa profissão defronta-se já, e vai defrontar-se mais no futuro próximo, com várias adversidades. É já perceptível um

## *Mais coesão, mais eficácia e mais coerência*

exercício profissional marcado por uma forte competição, no quadro de uma sociedade e um mercado abertos, onde não são já determinantes os “pergaminhos corporativos”, ou os sistemas de “protecção”, mas sim os critérios de competência, capacidades, qualidade.

Para enfrentar o Mercado Único é preciso conquistar e dominar o Mercado Interno. Porque sabemos que o futuro será difícil, competitivo, agressivo, trabalharemos para que os arquitectos tenham mais responsabilidades e condições para as assumir com eficácia e profissionalismo.

Porque defendemos o princípio da igualdade de oportunidades e o consideramos uma base imprescindível para a profissão no Mercado Único, queremos promover maiores oportunidades de inserção profissional, a criação de incentivos à instalação e apetrechamento dos ateliers, a distribuição da encomenda segundo critérios de maior transparência e rigor, condições mais dignificantes para o exercício na Administração, em especial na periferia. Para isto vamos protagonizar uma actuação aberta ao exterior e congregadora de influências.

– Há necessidade de uma maior coesão da profissão, da profissão com a AAP, da AAP com as Escolas

# Nas “veias” da AAP tem de circular a paixão da Arquitectura

– Exige-se um salto qualitativo da eficácia das estruturas e acção da AAP

– Teremos de desenvolver com coerência as linhas de atuação da AAP aprovadas no 6.º Congresso, em três principais domínios de actuação:

uma melhor “defesa da profissão”,

uma melhor “prestação de serviços”,

uma melhor “promoção da Arquitectura”. (...)

in *Jornal Arquitectos*, n.º 116, Lisboa, Outubro 1992, pp. 22-23.

## CARTA ABERTA DE UM CANDIDATO A PRESIDENTE, SEM OPOSIÇÃO, AOS SEUS COLEGAS EM VÉSPERAS DE ELEIÇÕES

(...) Como situar a AAP em relação à qualidade da Arquitectura? A valorização do vector qualitativo da Arquitectura, tanto no plano teórico como no plano da prática, é inadiável. A AAP não pode continuar a ter uma perspectiva demasiado igualitária, acrítica em relação à dualidade do exercício profissional dos seus associados e menos ainda em relação ao resultado desse exercício – a arquitectura construída.

(...) A nossa opinião é que nas “veias” da AAP tem de circular a paixão da Arquitectura. A da “elite” e a da “massa”, a da grande obra e da pequena, a que vem nas revistas e a que não vem, a que desbrava caminhos e a que depois os segue com valor, a “do norte” e a “do sul”, a “dos velhos” e a “dos novos”, a “artística” e a “técnica”. Como resolver então a contradição entre a força da AAP como instituição representativa de todos os arquitectos e a necessidade de valorizar a qualidade, para permitir uma posição forte da AAP na sociedade, como garante do Interesse Público da Qualidade da Arquitectura?

No nosso entender a resolução desta contradição pressupõe que se caminhe, progressivamente, no sentido de assumir o papel específico da AAP como “fórum” de discussão e aperfeiçoamento do exercício profissional. A actuação da AAP no plano cultural deverá pelo menos fazer convergir cinco objectivos:

– Privilegiar o debate do Profissionalismo e dos valores da Responsabilidade Social do Arquitecto, contribuindo para elevar a qualidade média da produção profissional.

– Articular a actividade cultural da AAP com as Escolas de Arquitectura e o exercício da crítica arquitectónica.

– Desenvolver acções vocacionadas para diferentes objectivos e interessando a diferentes sectores das actividades profissionais.

– Garantir o pluralismo entre todas as gerações e tendências, privilegiando os temas e oportunidades congregadores da profissão.

– Promover a abertura ao exterior do debate da Arquitectura, estabelecendo mais fortes laços interdisciplinares e com a opinião pública em geral.

Profissionalismo e Responsabilidade, também na AAP

(...) A tendência para o terefismo das Direcções Associativas, desdobrando-se na viabilização económica das suas iniciativas, ameaça afastar a AAP da sua obrigação de produzir e divulgar ideias, reflexão, saber. (...) Queremos que o “pensamento” esteja tão presente na AAP como a “acção”.

Cordiais Saudações do

## PEDRO BRANDÃO

in *Jornal Arquitectos*, n.º 116, Lisboa, Outubro 1992, pp. 28-32.

## CUIDAR DA MEMÓRIA COM UM ESPÍRITO NOVO

(...) Deve ser consagrado o princípio do “primado do Arquitecto” no exercício da profissão, isto é, que seja qual for a forma em que o exercício se realize, ou o cargo que se ocupa, prevaleça sempre o “código da profissão”. Na sobrevalorização do que nos une reside a nossa coesão, enquanto classe profissional.

É com este espírito novo, que só marginaliza a ortodoxia e o fundamentalismo e que prefere os erros da democracia à imposição de ditaduras culturais, que encabeço a lista que se candidata ao Conselho Directivo Regional Sul, vinculado de forma muito clara e transparente à divisa do Conselho Directivo Nacional – “Construir uma Obra Aberta” segundo os princípios do Pluralismo, do Profissionalismo e da Ética. (...)

Tomei contacto muito directo com a orgânica da AAP, constatei a existência de divergências, isolei o acessório, preocupei-me com o essencial, sem preconceitos. (...)

Candidato[-me], para passar do “projecto de licenciamento” ao “projecto de execução da obra”, neste tempo de redescoberta do papel do Arquitecto e de alargamento dos seus sectores de actividade.

## VASCO MASSAPINA

in *Jornal Arquitectos*, n.º 116, Lisboa, Outubro 1992, p. 34.

# Formular as propostas que, na óptica dos arquitectos, contribuirão para uma Política Pública de Arquitectura

## UMA CONSTRUÇÃO

(...) Essa ideia, do que pode ser a Associação dos Arquitectos Portugueses, está permanentemente posta à prova. O que supõe comunicação. Por isso surge Arquitectos-Informação. Nasce simples, com a mesma vontade que está hoje a pôr de pé as paredes e os pavimentos das novas sedes da AAP. (...)

## PEDRO BRANDÃO

*Presidente do CDN*

*in Arquitectos-Informação, n.º 1, Lisboa, Abril 1993, p. 1.*

## DIVULGAR TRABALHO

Multiplicam-se os prémios de arquitectura em Portugal, iniciativa de várias instituições, onde se destacam agora as Câmaras e as empresas. Necessário se torna redefinir o alcance e preceitos da acção da AAP nesta área. Por um lado, representando todos os arquitectos e todos os tipos de prática, interessa à AAP divulgar a arquitectura corrente, os serviços prestados pelos arquitectos no dia-a-dia, o potencial dos recém-formados, a produção nas condições mais difíceis das periferias. Mas, por outro lado, a responsabilidade crítica e didáctica da promoção da arquitectura exige a distinção das obras excepcionais, as realizações do talento, da criatividade e do rigor disciplinar que fazem a história da Arquitectura. Pluralismo e envolvimento de toda a “cultura crítica” da arquitectura em Portugal são imprescindíveis ao êxito destas iniciativas. (...)

## PEDRO BRANDÃO

*Presidente do CDN*

*in Arquitectos-Informação, n.º 2, Lisboa, Maio 1993, p. 1.*

## PROGRAMA

(...) Cinco anos depois da consagração legal do estatuto de Associação Pública da AAP são já reconhecíveis alguns bloqueios, algumas insuficiências do nosso estatuto em relação ao de outros Ordens Profissionais. (...) Três objectivos tem a revisão estatutária: 1. Reforçar as competências da AAP; para atribuição do título e regulamentar a actividade profissional, para registar as sociedades, para participar obrigatoriamente na legislação, na homologação de cursos, na avaliação dos Estágios de profissionalização, na regulamentação dos concursos. 2. Aclarar as garantias envolvidas no exercício da profissão e a deontologia profissional; definição de “actos próprios da profissão” alargada ao Urbanismo, ao Ambiente, ao Património; admissão de especialidades e carreiras, definição de incompatibilidades, estatuto das formas de exercício específicas como na Administração pública, em sociedades ou por conta de outrem. 3. Melhorar o funcionamento orgânico, a nível nacional, regional e local.

A revisão estatutária também se prende com a “evolução da realidade”. O certo é que hoje somos quase o dobro de arquitectos que éramos há cinco anos, quando conquistámos o Estatuto de Associação Pública; que há cinco anos só havia dois cursos de Arquitectura plenamente legalizados no país e que hoje existem sete; que agora temos a livre circulação dos arquitectos europeus; que a autonomia universitária está a produzir licenciaturas novas, quer em faculdades de Arquitectura quer nou-

tras, cuja ambiguidade de designação, conteúdo e consequente saída profissional cria falsas expectativas e ameaça de ainda maior instabilidade na profissão. Exige-se clarificação do que é a profissão, do que lhe compete fazer, das competências da AAP: no controlo do acesso e qualificação, na sua regulação e na garantia dos padrões éticos e de responsabilidade. Muito para lá do que prevê o actual estatuto. (...)

## PEDRO BRANDÃO

*Presidente do CDN*

*in Architectos-Informação, n.º 4, Lisboa, Julho 1993, p. 1.*

### INSTRUMENTOS IMPORTANTES

(...) O que podemos fazer em colectivo, na AAP, quando o que temos por mais certo é que trezentos novos arquitectos engrossam as nossas fileiras todos os anos?

Pedir a protecção da lei é a primeira saída, que todos apontamos: mas o pleno emprego por decreto nunca a AAP o conseguiu, nem quando a crise foi mais generalizada, nem quando o poder foi mais atento, nem quando a comunicação social esteve mais interessada. Temos todos de estudar outras defesas, e outros ataques.

A revisão estatutária que vamos iniciar e o acordo com a Ordem dos Engenheiros que estamos a ultimar podem ser dois instrumentos importantes. Mas é preciso que a AAP não esteja isolada. Que as Faculdades de Arquitectura se nos juntem, se abram à sociedade reclamando connosco as condições em que a Arquitectura melhor pode florescer. (...) Saiba agora alargar-se a colaboração entre o ensino e a profissão, pois o momento não permite a auto-suficiência. (...)

## PEDRO BRANDÃO

*Presidente do CDN*

*in Architectos-Informação, n.º 7, Lisboa, Outubro 1993, p. 1.*

### PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 1993

Frederico George

### CASA, CIDADE

(...) Que Associação (pública) de Arquitectos nos convém? (...) Uma crónica polémica com que periodicamente os arquitectos se envolvem, e à qual inevitavelmente este Seminário voltará, é a da necessidade ou não de ampliar os limites da acção do arquitecto. Se o arquitecto se limita a responder a programas e condicionantes que lhe são socialmente ditados, recusando qualquer papel demiúrgico, ou se ele aspira a contribuir para esses programas e condicionantes, discutindo os modos de vida e de apropriação do espaço, fazendo actuar mais cedo o seu método próprio de sintetizar problemas, o Desenho, mais próximo da área de decisão, lá onde os limites à sua acção são definidos?

Para dar o meu contributo para esta polémica e para dizer mais uma vez que é preciso promover a correcta integração dos saberes e aptidões do arquitecto na sociedade portuguesa, peço-vos que me acompanhem num trabalho de decifração, a partir do título deste Seminário. Casa-Cidade. Com uma pequena adaptação, diria melhor, “em casa, na cidade”, pelas contradições entre domínio público e domínio privado. Um dos aspectos do Urbanismo consiste em propor um conjunto de regras, em certos períodos organizadas em doutrinas, destinado a balizar as fronteiras entre estas duas esferas, a Pública e a Privada.

(...) Falta uma percepção política do espaço público, como mundo comum da acção, como mundo capaz de separar e juntar, repousando sobre a presença simultânea de várias perspectivas. É na construção de espaços deste tipo, capazes de nos colocar de novo “em casa, na cidade”, que se reabilita hoje a noção de obra de Arquitectura. (...)

*in Architectos-Informação, n.º 10, Lisboa, Janeiro 1994, p. 5.*

### DECLARAÇÃO CONJUNTA AAP/ORDEM DOS ENGENHEIROS

O Presidente do Conselho Directivo Nacional da Associação dos Arquitectos Portugueses, Arquitecto Pedro Brandão, O Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Engenheiro João de Queiroz Vaz Guedes,

Certos de interpretar o interesse público que, enquanto Associações Públicas, cabe a ambas as instituições prosseguir e também o desejo dos profissionais que representam.

Constatam:

A cada vez mais necessária colaboração entre as profissões de arquitecto e engenheiro pelo papel insubstituível que desempenham na promoção da qualidade do espaço que enquadra a vida social.

A exigência de cada vez mais elevados padrões de qualificação das profissões de arquitecto e engenheiro e de intensificação do usufruto pela sociedade dos serviços por estas prestados em condições que garantam a sua plena responsabilidade perante o consumidor e perante a Administração.

A convergência dos interesses mais relevantes dos profissionais que representam. (...)

*in Architectos-Informação, n.º 11, Lisboa, Fevereiro 1994, p. 1.*

**COMUNICADO DA AAP SOBRE RELAÇÕES COM A EXPO'98**  
(...) O que se esperaria da Expo era tão só um exemplo para o país: uma colaboração sincera com a AAP e os arquitectos, processos transparentes e profissionais, informação fluente, selecção culturalmente significativa.

Quando se aguarda ainda que o Governo faça a transposição para a lei portuguesa da Directiva que regula os Concursos de Arquitectura, mais oportuno é assegurar que a Expo'98 dará o exemplo de qualidade e profissionalismo. Confiamos que seja esse um objectivo comum.

*in Architectos-Informação, n.º 15, Lisboa, Junho 1994, p. 4.*

#### **NA ORDEM DO DIA**

(...) Decorridos dezoito meses de mandato à frente da Secção Regional do Sul, preocupa-me a falta de ligação, diria mesmo, falta de intimidade, entre a direcção e os associados. (...)

Qual a razão, que causas, que antecedentes e que prática nos tem conduzido no sentido do “divórcio” com a classe profissional que pretendemos representar? (...)

Com o lema da “Construção de Uma Obra Aberta”, os números da eleição foram o primeiro aviso: 162 votos favoráveis num total de 197.(...)

A razão do “divórcio” encontro-a fundamentalmente na cada vez menor vontade de preparar a profissão para conseguir novas aptidões e para ocupar mais território. Por isso considero que o actual processo de revisão estatutária pode ser a última chance para os arquitectos se manifestarem com a vitalidade de uma classe profissional que se autoregenera sem espírito corporativo.

#### **VASCO MASSAPINA**

*in Architectos-Informação, n.º 15, Lisboa, Junho 1994, p. 7.*

#### **HOJE ESTAMOS MAIS OPTIMISTAS**

As importantes vitórias obtidas na revisão da legislação do licenciamento modificarão profundamente o quadro do exercício da profissão de arquitecto. O esforço de “lobbying” da AAP ao longo do último ano e meio vê-se compensado. (...) A questão central escolhida pela AAP para ataque a esta questão não foi, como vinha sendo hábito no passado, o tema do 73/73, mas sim o tema das inscrições nas câmaras. A partir dele foi possível o consenso com a Ordem dos Engenheiros, em duas direcções complementares: por um lado, apoiados no parecer do Professor Freitas do Amaral fez-se a demonstração inquestionável da inconstitucionalidade das inscrições; por outro, acertando critérios sobre temas como os Seguros ou as Qualificações, demonstrou-se que já não havia campo para a divisão entre arquitectos e engenheiros e eliminaram-se as resistências às transformações necessárias. (...)

#### **PEDRO BRANDÃO**

*Presidente do CDN*

*in Architectos-Informação, n.º 18, Lisboa, Setembro 1994, p. 1.*

#### **CORRIDAS DE FUNDO**

(...) A construção da futura política associativa terá de girar em torno da abertura dos arquitectos à sociedade. É preciso um grande esforço para que não continuemos a “falar para o umbigo”, para varrermos o “etnocentrismo” que nos torna incompreensíveis para e pelos outros. Pelo contrário, estabelecer pontes com “o Outro” é a única forma de dar conteúdo real à máxima de que “a Arquitectura é de Interesse Público”, i.e., que a qualidade do ambiente construído, enquanto problema civilizacional, diz respeito a toda a comunidade.

#### **PEDRO BRANDÃO**

*Presidente do CDN*

*in Architectos-Informação, n.º 20, Lisboa, Novembro 1994, p. 1.*

#### **PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 1994**

Fernando Távora

#### **PRÉMIO SECIL ARQUITECTURA 1994**

Escola Superior de Comunicação Social, João Luís Carrilho da Graça

#### **7.º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES**

“A Cidade, a Arquitectura e o Interesse Público”  
Aveiro, 1 a 3 de Junho de 1995

## DA MOÇÃO ESTRATÉGICA AO 7.º CONGRESSO

(...) A estratégia da AAP para o próximo futuro deve ser concebida, por um lado tendo em atenção a realidade das mudanças políticas, económicas, sociais e ecológicas, e, por outro, a grande diversidade de modos de exercício e dos domínios de actuação dos profissionais arquitectos.

Mudanças, desafios e riscos, provocam a ocasião de no Congresso reflectirmos sobre os quatro temas do Interesse Público, do Profissionalismo, da Prática e da Cultura, que não sendo estanques se entrecruzam numa reflexão única sobre as novas matrizes e conceitos do espaço urbano e para a satisfação das necessidades e exigências de bem-estar dos cidadãos. (...)

Um dos resultados deste Congresso será a sistematização dos pontos de vista que poderão contribuir para uma política pública em matéria de Arquitectura, nos planos externo, da promoção da Arquitectura, e interno, do exercício profissional dos arquitectos. Considerando os temas do Congresso, propõe-se uma estratégia que oriente a política da organização profissional dos arquitectos, no quadro geral da sociedade, e na defesa dos interesses dos profissionais. (...)

A maior ligação entre os arquitectos e a sociedade, consequência da diversificação dos domínios de actividade dos arquitectos, e do aumento da consciência colectiva dos cidadãos na exigência de mais qualidade e responsabilidade, será uma componente indispensável ao reconhecimento do interesse público da Arquitectura.

É neste sentido que a AAP tem em curso o projecto de elaboração de um Livro Branco da Arquitectura em Portugal (...) Este Congresso deve assim dar início a um conjunto de acções que sensibilizem a sociedade e as instituições para os valores da Cidade, da Arquitectura e do Interesse Público (...)

*in Arquitectos-Informação, n.º 27, Lisboa, Junho 1995, p. 5.*

## NOVO ESTATUTO COM 92%

Participaram no acto de votação dos novos estatutos 792 arquitectos. (...)

Revisão Estatutária

A favor 637 (92%)

(...)

Designação de Ordem

A favor 516 (78%)

(...)

*in Arquitectos-Informação, n.º 27, Lisboa, Junho 1995, p. 1.*

## PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 1995

Eduardo Souto Moura

## DOIS PRINCÍPIOS

(...) O princípio da Responsabilidade (...)

O princípio da Independência (...)

Foi o termos até aqui mantido firmes estes dois princípios na vida associativa, que permitiu mudar radicalmente a face da AAP, tão bem retratada na nossa nova sede e no contínuo processo de reforço de competências e capacidades, que congregámos no processo de revisão estatutária.

(...)

## PEDRO BRANDÃO

*in Jornal Arquitectos, n.º 151, Lisboa, Setembro 1995, p. 78.*

## LIVRO BRANCO

da brochura ao lançamento do estudo final

Saiu no “Público” de 17 de Setembro a brochura dedicada ao grande público, contendo os princípios básicos que informam o Livro Branco, traduzidos em linguagem acessível. O total de 145.000 exemplares, para além de garantir a distribuição pelo “Público”, destina-se a ofertas às CM, Juntas de freguesia, bibliotecas, escolas, para distribuição aos balcões da CGD e oferta aos associados (anexa a esta edição). (...)

*in Arquitectos-Informação, n.º 31, Lisboa, Outubro 1995, p. 1.*

# A Ordem:

## TRIÉNIO 1996-1998

# MUDANÇA E COESÃO

### ELEIÇÕES TRIÉNIO 1996/1998

(...) A circunstância, positiva, de existir grande participação toma, desta vez, contornos inéditos. Enquanto uma lista única se candidata aos Conselhos Directivos, Nacional e Regionais, Mesas de Assembleia e Conselhos Fiscais, vão defrontar-se quatro listas para o Conselho de Delegados. (...)

Lista A  
Conselho Directivo Nacional  
Olga Quintanilha  
Vasco Massapina  
Jorge Silva  
Waldemar Sá  
Leonor Figueira  
Michel Toussaint  
Ricardo Gaspar  
Manuel Queiroz  
Vitor Mestre

(...) Queremos dar voz e rosto ao perfil médio dos arquitectos. Queremos representar diversos modos de exercício e diferentes gerações – no estirador e fora dele, nos centros e nas regiões – defendendo a competência, a responsabilidade e a independência na profissão.

#### A ORDEM EM CONSTRUÇÃO: AS GRANDES LINHAS

A orientação do programa comum de candidatura aos diferentes órgãos da AAP visa o reforço da capacidade de intervenção da organização profissional em quatro linhas principais:

Ser parceiro social reconhecido junto do poder e das instituições

(...) A coesão dos associados em torno do projecto vivo da Ordem dos Arquitectos só será garantida na constatação da sua eficácia e de que nela se revejam todos os arquitectos.

Promover a cultura arquitectónica junto da opinião pública

(...) A AAP não pode descurar o papel interactivo que lhe compete nas frentes de promoção da qualidade da arquitectura: implementando projectos de renovação da Revista, desenvolvendo o carácter informativo do Boletim, concretizando iniciativas editoriais e dinamizando, nas Sedes, as actividades regionais que corporizam o projecto de divulgação da cultura arquitectónica.

3) Garantir apoio efectivo à prática profissional

(...) A prestação de serviços de apoio ao exercício da profissão constitui uma aposta que proporcionará o conhecimento mútuo entre os Conselhos Directivos e os associados. Para isso é preciso que os serviços sejam credíveis em oportunidade e eficácia e que as críticas e a participação dos arquitectos sejam permanentes e construtivas.

4) Intervir de um modo eficaz no processo de acesso à profissão

(...) Internamente a AAP deverá criar as condições regulamentadoras dos estágios, das especialidades e das normas de acesso à profissão.

A responsabilidade que assumimos

Os problemas do quotidiano da vida profissional, nomeadamente a instabilidade na angariação de trabalho, a aleatoriedade do processo de encomenda, a insegurança do futuro, as dificuldades de informação técnica actualizada, a inconsistência da formação contínua, o bloqueio da divulgação da prática profissional menos conhecida, a falta de reconhecimento da profissão, serão as preocupações dominantes da actuação da AAP.

*in Arquitectos-Informação, n.º 33, Lisboa, Dezembro 1995, pp. 1 e 3.*

#### UMA POLÍTICA DE ARQUITECTURA EXIGE A CONCERTAÇÃO DE TODAS AS PARTES INTERESSADAS

Na alocução que proferiu, a Presidente do CDN, Olga Quintanilha [...].enunciou os princípios estruturadores da continuidade no processo de transformação, afirmação e acreditação da AAP: “preservando raízes e memórias (...); reafirmando desde sempre a intencionalidade da defesa da arquitectura como interesse público; capacitando a estrutura da AAP para o papel de parceiro social, contribuindo para a definição de um quadro legal e de uma política de arquitectura consistentes; procurando envolver a opinião pública no esclarecimento das questões sobre a Arquitectura e o Am-

**A Arquitectura  
sempre foi tema  
nas cidades  
Vamos recentrar o  
tema das cidades  
na Arquitectura**

**OLGA QUINTANILHA**

biente Urbano; promovendo a divulgação da cultura arquitectónica numa base plural e participada e prestando à sociedade um serviço de garantia: da preparação do arquitecto – na base académica e na formação contínua; da correcção deontológica da sua conduta; e da co-responsabilização pela qualidade dos seus serviços (...).

É urgente que nos entendamos – profissionais, políticos, operadores económicos e divulgadores da cultura – sobre a repartição das respectivas responsabilidades quanto à qualidade da nossa arquitectura. (...) Uma política de arquitectura exige a concertação de todas as partes interessadas (...) e deverá introduzir medidas de educação apropriadas a todos os níveis: promoção, mercado público, materiais de origem nacional e formação profissional. Esta questão-chave da educação apropriada entronca no acesso e manutenção na profissão, ponto fulcral do alcance dos nossos objectivos próximos e que introduz um interlocutor ainda não designado nesta intervenção: a Escola de Arquitectura. Temos defendido que o nível de educação dos arquitectos deve assumir a complexidade de uma formação, (...) com carácter generalista e integrador, (...) necessária à obtenção de um título profissional (...) num domínio que constitui interesse público – a arquitectura e o urbanismo.

(...) Que a energia que nos anima produza efeitos: no diálogo com o Governo, no sentido de implementar o suporte legal dos nossos desígnios, visando o reconhecimento do nosso estatuto, possibilitando a regulamentação de acesso à profissão, a definição clara das regras da encomenda pública, a intervenção qualificada na legislação que regulamenta o exercício da profissão; na articulação com a prática profissional, estimulando os colegas a aproximarem-se efectivamente das direcções, com as suas propostas e participação nas iniciativas; na divulgação de uma cultura arquitectónica polifacetada e de cariz plural, enriquecida no confronto de tendências e na abertura de espaço para o debate de ideias. Em suma, a nossa proposta é qualidade de vida. (...)

*in Arquitectos-Infomação, n.º 35, Lisboa, Fevereiro 1996, p. 1.*

#### CONCURSOS: RIGOR EM TODO O PROCESSO

(...) A transposição da Directiva estabeleceu, em Março de 1995, o quadro legal da encomenda pública de serviços em Portugal. À semelhança dos seus parceiros europeus, a AAP continua a bater-se pelo reconhecimento e total autonomia dos serviços de concepção – ordenamento, urbanismo, arquitectura e engenharia civil – dada a sua especificidade e o seu carácter intelectual. O parecer conjunto dos Paisagistas, Engenheiros e Arquitectos, resultado de outras tantas conversas, foi entregue ao Governo. A AAP pretende que a prática dos concursos de concepção obrigue um acompanhamento profissional e especializado. Para uma exigência de rigor em todo o processo: rigor no programa, rigor na organização, rigor na avaliação... rigor nas soluções.

#### OLGA QUINTANILHA

*Presidente do Conselho Directivo Nacional*

*in Arquitectos-Infomação, n.º 45, Lisboa, Dezembro 1996, p. 1.*

#### VOZES

(...) De facto, o conceito de uma AAP viva e actuante pressupõe a existência de sinergias.

À responsabilidade colectiva dos eleitos para a prossecução de um programa interactivo com a sociedade civil, com instituições nacionais e estrangeiras, junto do Governo e da Comunidade Europeia e mesmo internacional, não pode ser alheia a responsabilidade individual de cada membro (sócio) da AAP, cujo conjunto é destinatário das acções desenvolvidas. (...)

#### OLGA QUINTANILHA

*Presidente do Conselho Directivo Nacional*

*in Arquitectos-Infomação, n.º 46, Lisboa, Janeiro 1997, p. 1.*

#### ALARGAR CONCEITOS

(...) É com a maior alegria e satisfação que ao fim de dois anos e meio de porfiados esforços podemos finalmente anunciar o cumprimento do objectivo principal do nosso mandato à frente dos destinos da Associação dos Arquitectos Portugueses: a publicação em Diário da República do Estatuto da Ordem dos Arquitectos, ocorrida no passado dia 3 de Julho, em anexo ao Decreto-Lei n.º 176/98.

(...) As ordens profissionais são associações públicas que, através da delegação de poderes pelo Estado, se ocupam da regulamentação do exercício da respectiva profissão, designadamente nos aspectos da formação, do acesso, da deontologia e da disciplina. Esta delegação de poderes assenta, porém, não apenas na defesa estrita do interesse dos profissionais mas também e principalmente na defesa do interesse público.

É pois nesta perspectiva que o Estado redefine os actos próprios da profissão e confirma a intervenção obrigatória do arquitecto nas actividades do domínio da Arquitectura. À Ordem são atribuídos poderes exclusivos de admissão, certificação da inscrição e registo de autorias. No mesmo sentido, o conceito do domínio da Arquitectura é alargado, por referência à concepção do espaço edificado e à integração harmoniosa das actividades humanas no território, na perspectiva da valorização do ambiente e do património construído.

Amplia-se, assim, o âmbito conceptual da profissão, incluindo-se no seu exercício diferentes modos e vínculos jurídicos e admitindo a criação de especialidades desde que caibam naquele âmbito.

A Ordem como responsável única pelo acesso e conduta na profissão, terá ela própria uma responsabilidade pública, de tal exigência que só é possível com a sua total independência face ao Estado, face às escolas de arquitectura, face aos interesses particulares de grupos ou indivíduos.

A Ordem só existirá como uma conquista válida dos arquitectos enquanto for capaz de afirmar a Arquitectura como um bem, que a sociedade deseja e ao qual tem direito. Por isso, a Ordem tem de ser construída, por todos nós, todos os dias.

#### ARQ.<sup>a</sup> OLGA QUINTANILHA

*Presidente do Conselho Directivo Nacional*

#### ARQ.<sup>o</sup> JOÃO PAULO RAPAGÃO

*Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte*

#### ARQ.<sup>o</sup> JORGE FARELO PINTO

*Presidente do Conselho Directivo Regional do Sul*

*in Arquitectos-Infomação, n.º 64, Lisboa, Julho 1998, pp. 1 e 12.*



## A LISTA A RESPONDE

(...) A política desta Lista será a de incrementar fortemente a participação dos associados na concretização dos objectivos da AAP/OA. in *Jornal Arquitectos*, n.º 152, Lisboa, Outubro 1995, p. 14.

## CONFRONTOS

(...) O projecto associativo em que apostei doze anos tem estas duas características: nunca está completo e é obra colectiva. (...)

A coesão da nossa classe só pode ter vantagens. (...) A coesão não é simplesmente “unidade” e muito menos “unanimidade”. É algo que se forja em torno de princípios, valores e também de resultados. Ao contrário das concepções utilitárias e niilistas que colocam o pragmatismo contra a ética, eu acho que a ética também é pragmática: também dá bons resultados. A coesão em torno do nosso projecto associativo verificou-se porque ele obteve resultados e porque ele se apresenta norteado pelos valores da ética: a ética do interesse público, acima do interesse próprio; a ética de um exercício profissional responsável e independente; a ética da teoria, do conhecimento, e a ética da prática, do ofício; a ética das relações entre ensino e profissão; a ética do funcionamento do mercado e das relações recíprocas entre arquitectos; a ética da AAP como “instituição justa”, que para além da regulamentação da deontologia e da acção disciplinar só se pode afirmar na sociedade se assumir como seus os interesses do cidadão, da Arquitectura, do Ambiente, do Património e do profissionalismo.

Se perdermos as referências éticas desfaz-se a coesão, enfraquece-se a classe, desacredita-se a AAP na sociedade. (...)

Se a coesão só pode trazer vantagens para os arquitectos, a unanimidade já lhes é prejudicial. É preciso confrontar diferentes projectos, diferentes ideias, para que a profissão e a AAP, futura Ordem dos Arquitectos, esteja viva, seja resultado da vontade colectiva, expressa na escolha entre ideias e projectos explícitos.

Dois projectos iniciados no presente mandato são particularmente decisivos para o futuro da nossa profissão: um é o projecto de reforço das competências da nossa organização, o novo estatuto que é preciso consagrar na lei, para que a profissão tenha melhores condições para o seu exercício; o outro é o projecto do Livro Branco da Arquitectura em Portugal, projecto de interacção da organização profissional com a sociedade e os poderes públicos, para estimular a discussão alargada dos factores de qualidade da Arquitectura e do Ambiente. (...)

## PEDRO BRANDÃO

*Presidente do Conselho Directivo Nacional*  
in *Arquitectos-Informação*, n.º 32, Lisboa, Novembro 1995, pp. 1 e 8.

## PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 1996

Amândio Guedes (Pancho Guedes)

## PRÉMIO SECIL ARQUITECTURA 1996

Edifício Castro e Melo, Álvaro Siza

## SEGUNDA CONFERÊNCIA EUROPEIA SOBRE CIDADES E VILAS SUSTENTÁVEIS

Lisboa, 6 a 8 de Outubro de 1996

Workshop P específico para Portugal

P1 – Arquitectura, Cidades e Desenvolvimento Sustentável

Sessão de lançamento

> da versão portuguesa do Livro Branco Europeu – A Europa e a Arquitectura amanhã

– produzido pelo Conselho dos Arquitectos da Europa

> da homepage da AAP na Internet

6 de Junho às 12h

sob a presidência de Sua Excelência o Senhor Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, Eng.º João Cravinho

in *Arquitectos-Informação*, n.º 50, Lisboa, Maio 1997, pp. 5 e 8.

## PRÉMIO AICA ARQUITECTURA

1997 – Raul Chorão Ramalho

## 1998

Poderá vir a constituir uma memória de referência assinalável no panorama da Arquitectura portuguesa se soubermos viver em plenitude o decorrer dos acontecimentos significantes que aí estão previstos.

Além da mostra excepcional de arquitectura, pelos edifícios singulares ligados à EXPO – num enquadramento onde teremos também o entendimento da sua real capacidade de cerzir o tecido urbano e de integrar os equipamentos de carência infra-estrutural – teremos ainda em 98 algumas outras oportunidades interessantes para a arquitectura portuguesa e para a sua projecção no desenvolvimento socio-cultural.

A exposição de Arquitectura Portuguesa no século XX, comissariada para a Feira de Frankfurt 97, estará no Centro Cultural de Belém (...).

O Moderno Escondido, já patente no Porto em 97, terá a merecida oportunidade de ser visitado em Lisboa (...).

A Trienal de Sintra terá como tema a arquitectura e a paisagem (...).

O encontro do CIALP em Macau com um tema à volta da memória das cidades (...).

As Frentes Ribeirinhas de duas ilhas dos Açores, pelo menos, serão objecto de intervenções significativas (...).

A Habitação e a Formação serão temas fulcrais para o aprofundamento da discussão, em 98, em torno do exercício da profissão e dos conceitos subjacentes.

E sobre tudo isto – com a comemoração dos 50 anos da UIA em pano de fundo – teremos também o 8.º Congresso que celebrará decerto o reconhecimento pleno do título profissional, através da publicação do Estatuto da Ordem, e permitindo definitivamente a contratualização das responsabilidades mútuas do Estado e da AAP.

## OLGA QUINTANILHA

*Presidente do Conselho Directivo Nacional*

in *Arquitectos-Informação*, n.º 58, Lisboa, Janeiro 1998, p. 1.

## DESEJO E DISCIPLINA

Em Dezembro próximo passará uma década sobre a consagração dos estatutos de associação de direito público da AAP.

Hoje, a situação da profissão deve ter novos enquadramentos, porque também são novas e diferentes as contingências da prática profissional e da cidadania europeia. Como todos sabem, a nossa Associação apresentou uma proposta de revisão estatutária e de alteração da designação para Ordem (...).

(...) A inexistência, até agora, de uma política de arquitectura e do seu papel no ordenamento do território, dirigida por uma estratégia governamental de concertação entre o poder público, central e local, e a própria sociedade civil – onde a incorporação do saber profissional seja um factor de integração da economia com a cultura – constitui um obstáculo ao desenvolvimento social deste país. A arquitectura, como desejo, consubstancia-se em tudo o que nos rodeia, no mundo das formas construídas pelo homem. A arquitectura, como disciplina profissional, é a síntese criativa de um processo complexo – condicionado por parâmetros económicos, sociais e políticos – que configura o quadro edificado em torno do Homem. É então necessário que formulemos desejos esclarecidos, mas também é urgente que nos entendamos – profissionais, políticos, operadores económicos e divulgadores da cultura – sobre a repartição das respectivas responsabilidades quanto à qualidade da nossa arquitectura.(...)

## OLGA QUINTANILHA

*Presidente do Conselho Directivo Nacional  
in Arquitectos-Informação, n.º 59/60, Lisboa, Fevereiro/Março 1998, p. 1.*

## CONVENÇÃO NACIONAL

Ordem dos Arquitectos: Novos Poderes, Novas Responsabilidades  
Pré-programa

Data prevista: 17/18 de Julho de 1998

Na data da promulgação do Estatuto da Ordem dos Arquitectos concretiza-se uma modificação institucional que tem carácter significativamente relevante para o futuro da profissão.

A modificação institucional, negociada com os poderes políticos em termos estruturais, de acordo com princípios e objectivos já debatidos e assumidos dentro da classe, exige agora um acordo de vontades – a convenção.

Convencionar com a classe profissional e as instituições da sociedade civil o exercício dos novos poderes e a assunção de novas responsabilidades.

## OLGA QUINTANILHA

*Presidente do Conselho Directivo Nacional  
in Arquitectos-Informação, n.º 63, Lisboa, Junho 1998, p. 1.*

## O EMPENHO DAS CONVICÇÕES

(...) [Uma] verdadeira tonicidade ao momento que vivemos, pela expressão da vontade de intervir, da capacidade de representar tensões, de ousar divergir, até de escarnecer, demonstrando disponibilidade para pensar no tema da organização profissional e da sua importância na estratégia do relacionamento institucional, para o enquadramento da prática da arquitectura.

Desde Adães Bermudes manifestou-se a aspiração dos arquitectos em ver reconhecido o estatuto profissional, oficial e legalmente protegido, através de uma Ordem dos Arquitectos.

A conjuntura política, social e culturalmente traumatizante que se prolongou em várias décadas, subverteu a evolução lógica da afirmação do nosso quadrante profissional, e adiou um reconhecimento institucional de competências e de outorga de garantias adequadas ao exercício da arquitectura, no prosseguimento de objectivos sociais e económicos, visando o bem-estar e a harmonia da qualidade de vida urbana em Portugal.

A presente transformação orgânica do modelo da nossa organização profissional, permitindo prospectivamente uma maior operacionalidade, pela distinção das funções por órgãos específicos de actuação, envolve também nessas responsabilidades um aumento significativo de eleitos, em cerca de 55%, o que exigirá uma gestão consciente de consensos, mas também poderá constituir a consolidação de um fórum mais participado, onde o necessário diálogo interno reflectirá as questões fundamentais do panorama actual da arquitectura. (...)

## OLGA QUINTANILHA

*1.ª Presidente do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos  
in Jornal Arquitectos, n.º 186, Lisboa, Setembro 1998, p. 10.*

## A PRÁTICA DA ORDEM

(...) É de justiça lembrar aquele momento em que uma identidade profissional foi afirmada pelos arquitectos em função da sua responsabilidade pública e social: no Congresso de 1948 sob o impulso de Keil do Amaral.

(...) No 3.º Congresso de 1984, uma nova geração iria promover uma reorientação – precisamente em favor da independência face aos interesses de grupo, fossem os da escola, fossem os de partido, e lutando por uma mudança de estatuto.

(...) O novo Estatuto seria conquistado em 1988 na sequência de um processo de crescimento, rejuvenescimento e enraizamento da profissão, agora presente em todas as zonas do país, e de uma persistente acção institucional e cultural da AAP que a virava decisivamente para o exterior.

É ainda parte da realidade desta época de profundas transformações, o reconhecimento da profissão no quadro europeu, nomeadamente a partir da “Directiva Arquitectos” (n.º 384/85), um extraordinário progresso político e institucional da profissão na Europa.

(...) Vamos entrar num novo ciclo, que comporta riscos: para que não haja perversão do novo estatuto, serão decisivos três factores – a participação na vida associativa, o empenho dos dirigentes e a independência da Ordem (...).

O único modo de evitar a perversão da Ordem é a prática. Isto é, uma Ordem não é só um decreto, uma designação, mas sim uma prática profissional e associativa instituída em independência.

A partir de uma postura ética, de independência, de abertura à sociedade e de coesão da classe, será assim o desejo e a realidade, na profissão de arquitecto. (...)

## PEDRO BRANDÃO

*in Jornal Arquitectos, n.º 186, Lisboa, Setembro 1998, pp. 18-21.*

## PRÉMIO AICA ARQUITECTURA 1998

Manuel Salgado

## PRÉMIO SECIL ARQUITECTURA 1998

Escola Superior de Arte e Design, Vítor Figueiredo



1



2



3



4

**BA**  
REVISTA

# CALL FOR IMAGES

Por decisão do Júri foi escolhido o projecto Tools de Daniela Moreira da Silva, cuja primeira imagem ilustra a capa desta edição.

Com os nossos agradecimentos a todos os participantes, apresentamos uma amostra das fotografias enviadas por:

1. Carlos Melo Moreira;
2. Hugo Santos Silva;
3. Isabel Costa;
4. João Carmo Simões;
5. Marta Machado;
6. Olívia Guerra;
7. Patrícia Almeida;
8. Patrícia Mesquita.



5



6



7



8

ORDEM DOS ARQUITECTOS  
CONVIDA

# ROTEIRO PELA PROFISSÃO

FÓRUM PARA ARQUITECTOS, DOCENTES,  
ESTUDANTES, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,  
E SOCIEDADE EM GERAL

INICIATIVA GRATUITA COM INSCRIÇÃO OBRIGATÓRIA  
[www.arquitectos.pt/inscricao](http://www.arquitectos.pt/inscricao)

organização



+ INFO

[www.arquitectos.pt](http://www.arquitectos.pt)

patrocínio

